



**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos
Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos**

KÍSSILA DA SILVA RANGEL

**REVISITANDO O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA:
PERCEPÇÕES SOBRE A ORGANICIDADE**

Rio de Janeiro
2015

KÍSSILA DA SILVA RANGEL

**REVISITANDO O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA:
PERCEPÇÕES SOBRE A ORGANICIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio do Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Gestão da Informação Arquivística.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Celina Soares de Mello e Silva.

Rio de Janeiro
2015

Rangel, Kíssila da Silva.

Revisitando o princípio da proveniência: percepções sobre a organicidade/ Kíssila da Silva Rangel. – 2015.

101f.

Dissertação (Mestrado Profissional de Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Celina Soares de Mello e Silva

1. Princípios Arquivísticos. 2. Princípio da Proveniência. 3. Organicidade. I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. II. Silva, Maria Celina Soares de Mello. III. Título.

KÍSSILA DA SILVA RANGEL

Revisitando o Princípio da Proveniência: percepções sobre a organicidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do título de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovação em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientadora: _____

Prof^a. Dr^a. Maria Celina Soares de Mello e Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador _____

Interno: Prof. Dr. Sérgio Conde de Albite e Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador _____

Externo: Prof^a. Dr^a. Lucia Maria Velloso de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

Examinador _____

Interno Prof^a. Dr^a. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Suplente: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador _____

Externo Prof^a. Dr^a. Ana Célia Rodrigues
Suplente: Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2015.

*Ao meu melhor exemplo de humanidade: pai.
Ao meu melhor exemplo de luta: mãe.*

AGRADECIMENTOS

Ao **melhor grupo**, pois sem vocês “sou pá furada”. Talvez não figuremos entre as melhores turmas, mas ter Bianca, Carol, Duala, Fabrício, Karina, Leandro, Raquel, Vanessa e Zenaide ao meu lado fez TODA a diferença. Cada qual com suas lutas pessoais e delírios conjuntos. Valeu pelo respeito, generosidade e companheirismo!

À minha orientadora pela paciência e ensinamentos que ultrapassam os limites de um programa de mestrado. Afinal, comecei a me interessar pela pesquisa sendo sua bolsista de iniciação científica há oito anos.

Aos professores, Clarissa, pelas indicações e questionamentos. Albite, pela inspiração, reflexões e gargalhadas que suas aulas me proporcionaram. Lucia, pela pronta resposta às minhas dúvidas. Ana Célia pela confiança e consideração que começaram na graduação e se estendem até hoje. Minha gratidão por me fazerem compreender o que é ser um Professor.

Ao amigo, revisor, cúmplice, contador, álibi e companheiro de viagens, Igor. Seu nome consta nos agradecimentos dos trabalhos de conclusão: da graduação, do mestrado e com certeza constará no do doutorado... Mas saiba que o lugar mais desejado a ele é ao lado do meu. (GARCEZ; RANGEL, 2020).

Ao nêgo, saiba que foi essencial poder contar com seu amor tão companheiro nessa reta final.

Primeiro,
Usurparam a matemática
A medicina, a arquitetura
A filosofia, a religiosidade, a arte
Dizendo tê-las criado
À sua imagem e semelhança.
Depois,
Separaram faraós e pirâmides
Do contexto africano -
Pois africanos não seriam capazes
De tanta inventiva e tanto avanço.
Não satisfeitos, disseram
Que nossos ancestrais tinham vindo de longe
De uma Ásia estranha
Para invadir a África
Desalojar os autóctones
Bosquímanos e hotentotes.
E escreveram a História ao seu modo.
Chamando nações de "tribos"
Reis de "régulos"
Línguas de "dialetos".
Aí,
Lançaram a culpa da escravidão
Na ambição das próprias vítimas
E debitaram o racismo
Na nossa pobre conta.
Então,
Reservaram para nós
Os lugares mais sórdidos
As ocupações mais degradantes
Os papéis mais sujos
E nos disseram:
- Riam! Dancem! Toquem!
Cantem! Corram! Joguem!
E nós rimos, dançamos, tocamos
Cantamos, corremos, jogamos.
Agora, chega!

Nei Lopes

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo principal analisar a organicidade enquanto princípio arquivístico, partindo do pressuposto da não existência de consenso entre quais são os princípios arquivísticos e da presença da organicidade nas definições do princípio da proveniência. A metodologia consiste na revisão de literatura sobre o que é um princípio, bem como sobre os princípios arquivísticos e a organicidade apresentados por teóricos da área, por autores de manuais arquivísticos e por dicionários de terminologia arquivística selecionados para esta pesquisa. A partir da revisita ao princípio da proveniência concluímos que a organicidade não é um princípio arquivístico, contudo, pudemos perceber que diante das novas formas das tecnologias que se apresentam, não cabe mais compreender a aplicação do princípio da proveniência somente como a identificação do produtor. Logo, para que o princípio da proveniência atenda a novas formas de produção de documentos, é preciso que a organicidade configure a sua base teórico-conceitual.

Palavras-chave: Princípios Arquivísticos. Princípio da Proveniência. Organicidade.

ABSTRACT

This research has as main objective to analyze the interrelatedness as archival principle, assuming the absence of consensus among which are the archival principles and the presence of organic nature in the principle of provenance settings. The methodology consists in the literature about what the review is a principle, as well as the archival principles and the organic presented by theorists area, authors of archival books and archival terminology dictionaries selected for this research. From revisits the principle of provenance conclude that the organic is not an archival principle, however, we realize that in the face of new forms of technology that are presented, there is no more understand the principle of origin only as the identification of the producer. Thus, for the principle of origin meets new forms of production of documents, it is necessary that the organic configure their theoretical and conceptual basis.

Keywords: Archival Principles. Principle of provenance. Organicity. Interrelatedness.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Manuais selecionados para pesquisa.....	16
Quadro 2 – Princípios arquivísticos no Dicionário de Terminologia Arquivística.....	25
Quadro 3 – Princípios arquivísticos no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE)	26
Quadro 4 – Princípios arquivísticos no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia....	27
Quadro 5 – Princípios arquivísticos no <i>Multilingual Archival Terminology</i>	29
Quadro 6 – Marcos fundadores do Princípio da Proveniência	33
Quadro 7 – Definições do Princípio da Proveniência	41
Quadro 8 – Abordagens a respeito da ordem original.....	42
Quadro 9 – Definições de arquivo/documento nos manuais arquivísticos.....	72
Quadro 10 – A organicidade nas abordagens do Princípio da Proveniência.....	74
Quadro 11 – Levantamento na <i>American Archivist</i>	77
Quadro 12 – Levantamento na <i>Archivaria</i>	78
Quadro 13 – Levantamento na <i>Gazette des Archives</i>	80
Quadro 14 – Levantamento na <i>Arquivo & Administração</i>	81
Quadro 15 – Levantamento no banco de teses da CAPES	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros.

AAF – Association des Archivistes Français.

AAQ – Association des archivistes du Québec.

ACAL – Asociación de Archiveros de Castilla y León.

ARQ-SP – Associação de Arquivistas de São Paulo.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos.

DIBRATE – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.

FESP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

SAA – Society of American Archivists.

SIC-AN – Serviço de Informação ao Cidadão do Arquivo Nacional.

UNB – Universidade de Brasília.

USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS	19
2.1	O QUE É PRINCÍPIO?	19
2.2	PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS EM DICIONÁRIOS DE TERMINOLOGIA	22
3	O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA	32
3.1	O QUE DIZEM OS TEÓRICOS	40
3.2	A PROVENIÊNCIA E A ORGANICIDADE NA PRÁTICA: OS MANUAIS ARQUIVÍSTICOS	45
3.2.1	Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos	48
3.2.2	Manual of Archive Administration	53
3.2.3	Arquivos Modernos: princípios e técnicas	55
3.2.4	Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France	60
3.2.5	Archivistica: principi e problemi	62
3.2.6	A Modern Archives Reader: basic readings on archive theory and practice	65
3.2.7	Archivistica General: teoria y practica	67
3.2.8	La pratique archivistique française.....	68
3.2.9	American archival studies: readings in theory and practice	70
3.2.10	Análise dos manuais arquivísticos	72
3.3	A INCIDÊNCIA DE DISCUSSÃO TEÓRICA EM REVISTAS ESPECIALIZADAS.....	76
3.4	A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA E ORGANICIDADE EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: ANÁLISE DO BANCO DE TESES DA CAPES	81
4	REFLEXÕES SOBRE A ORGANICIDADE	83
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	90
	ANEXO A – RELATÓRIO E-SIC	96
	ANEXO B – CONSULTA PÚBLICA DE TERMINOLOGIA	98

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é resultado das inquietações decorrentes das salas de aulas e dos encontros científicos onde muito se ouviu falar sobre “como fazer”, no lugar do “por que fazemos assim”. Inicialmente, percebemos que na Arquivologia é bastante comum a existência de discussão a respeito de seus métodos e práticas, conseqüentemente, a reflexão sobre teoria arquivística, na maioria das vezes, não figura dentre os principais objetos da discussão acadêmica. Boa parte da teoria arquivística é compreendida e reverberada de forma quase que automática, de modo que repensar conceitos e princípios tão enraizados no cerne da formação dos arquivistas, por vezes, deixa de ocorrer.

Dentre os princípios arquivísticos, identificamos o princípio da proveniência como o de maior relevância para comunidade arquivística, contudo, observamos que existe uma gama de princípios atribuídos à Arquivologia. Sobre a relação entre o princípio da proveniência e a organicidade, foco desta pesquisa, Fuster Ruiz (1999) aponta que

a consolidação do princípio da proveniência, fundamental para o reconhecimento da Arquivologia como ciência, proporciona no século XIX o conceito de organicidade dos conjuntos documentais. Como orgânico o arquivo é um produto natural que se constrói no desenvolvimento da vida das entidades que o forma. Esta concepção organicista do arquivo será uma constante ao longo do século XX. (FUSTER RUIZ, 1999, p. 111, tradução nossa).

O conceito de organicidade está presente na Arquivologia, porém ainda existe pouca reflexão sobre o tema. A organicidade não é estranha aos arquivistas, visto que, especialmente após os documentos digitais, muito se fala a respeito de sua manutenção com vistas a garantir que determinado grupo de documentos formem um conjunto orgânico. Silva (2006) discorre sobre a definição de organicidade.

[a organicidade é um] conceito muito caro aos arquivistas, mas que [os arquivistas] têm tido dificuldade em definir de forma clara e estável, tendo cometido um equívoco: confundir orgânico com administrativo, de onde resulta considerar a organicidade propriedade exclusiva de entidades dotadas de aparelho jurídico-administrativo ou burocrático. Trata-se de um conceito fundamental [...]. (SILVA, 2006, p. 157).

Bellotto (2002, p. 20-21) pontua cinco princípios arquivísticos, dentre eles a organicidade. A autora define organicidade como “a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.” (BELLOTTO, 2002, p. 21). É interessante perceber que a indicação é de que a organicidade é um princípio, mas em sua definição a autora aponta a mesma como qualidade. Ainda sobre a organicidade, destaca-se a recente pesquisa¹ realizada por Luana de Almeida Nascimento, onde a autora considera a organicidade como uma noção. Segundo a autora a organicidade,

[...] apesar de aparentemente incorporada no discurso de vários teóricos da área e recorrente nos estudos e práticas relacionadas à arquivística, carece de problematização e aprofundamento teórico-conceitual. Partimos de um consenso bastante difundido de que um conjunto informacional só pode ser considerado arquivístico se for orgânico. (NASCIMENTO, 2012, p. 47).

Na mesma pesquisa, Nascimento (2012, p. 49) cita a existência de relações entre o princípio da proveniência e a noção de organicidade, contudo não há um aprofundamento nesse tópico, por este não ser seu objeto de pesquisa. Ao notarmos que a organicidade é tão essencial para a Arquivologia, causa estranheza a sua indefinição. Afinal, trata-se de um princípio ou uma característica? Quais seriam essas relações com o princípio da proveniência?

Identificamos, a partir das leituras realizadas, que não há um consenso sobre quais são os princípios arquivísticos. Em alguns casos, o que é tomado como princípio por um autor é considerado como característica do documento de arquivo por outro. Entretanto, o entendimento de que o princípio da proveniência é um princípio notadamente arquivístico é bastante presente. Sendo assim, apesar de ser reconhecidamente um princípio que norteia as etapas do fazer arquivístico, ao analisarmos as diversas definições existentes destaca-se um fio condutor comum a todas elas: a presença da organicidade. Desta forma, cabe questionar: a organicidade pode ser considerada um princípio arquivístico?

Assim, a pesquisa parte dos seguintes pressupostos:

- a) Não existe consenso entre quais são os princípios arquivísticos.

¹ A autora realizou sua pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense e foi orientada pelo Prof. Dr. Sergio Conde de Albite e Silva.

- b) A relação orgânica existente entre os documentos, ou seja, a organicidade, está implícita em praticamente todas as abordagens do princípio da proveniência, conseqüentemente, pode-se considerá-la como um princípio norteador da área.

Dessa forma, temos como objetivo geral dessa pesquisa analisar a compreensão da organicidade enquanto princípio arquivístico. O objetivo geral desdobra-se em três objetivos específicos:

- Identificar quais são os princípios arquivísticos, bem como comparar suas definições, segundo os dicionários de terminologia arquivística;
- Analisar a presença da organicidade nas abordagens do princípio da proveniência apresentadas pelas obras dos teóricos e manuais da Arquivologia;
- Analisar as relações entre a organicidade e o princípio da proveniência.

Entendemos que o princípio da proveniência é, essencialmente, um princípio arquivístico. Não cabe aqui discutirmos se o princípio da proveniência é ou não a base teórico-conceitual da Arquivologia², pois o utilizaremos somente para contextualizar nossa discussão sobre organicidade.

Ao realizarmos leituras preliminares, notamos que as definições de alguns teóricos sobre os princípios da Arquivologia diferenciam-se das apresentadas pelos dicionários terminológicos. Apesar das diferenças percebidas, podemos notar que as definições do princípio da proveniência são semelhantes ao ponto de julgarmos este princípio como um consenso da área. Diante dessas diferenças, ressaltamos a importância de repensar a teoria arquivística e, mais especificadamente, o que está posto como princípio na área.

Nessa perspectiva, adotamos o entendimento de que a Arquivologia é “uma disciplina científica em permanente construção, dotada de autonomia, porém exercida em diversos aspectos mediante relações interdisciplinares.” (JARDIM, 2012, p. 143). Identificamos no discurso de Jardim (2012) que uma disciplina deve necessariamente ser

uma atividade socialmente organizada, dotada de um discurso e uma prática que envolva uma comunidade de especialistas e organizações

² Para compreensão da discussão sobre o tema ver MARTÍN POZUELO, Maria Paz. La construcción teórica em archivística: El principio de procedência. Madrid: Universidad Carlos III y BOE, 1996.

científicas com publicações especializadas. (JARDIM, 2012, p. 139, grifo nosso).

Sobre esta temática, Schmidt (2012, p. 85) analisa em sua tese de doutorado o posicionamento de diversos estudiosos da área que classificam a Arquivologia como: ciência, disciplina científica, disciplina técnica, disciplina auxiliar e disciplina em desenvolvimento. Segundo a autora, o Manual dos Arquivistas Holandeses é considerado “a porta de entrada da Arquivologia no campo científico.” (SCHMIDT, 2012, p. 66). A autora conclui, ainda, que

[...] a construção e o desenvolvimento da Arquivologia enquanto **ciência**, sendo esta originada de um *Fazer*, [...] relaciona sua **aplicação prática**, sua **constatação empírica** e sua **validade teórica**, sempre com objetivo de significar a realidade em conhecimento. (SCHMIDT, 2012, p. 68, grifo nosso).

Dessa forma, ressaltamos que a presente pesquisa não abrangerá discussões relativas à classificação da Arquivologia como ciência, disciplina ou técnica. Tal reflexão por si só já constituiria uma pesquisa a parte.

Para compreendemos a organicidade enquanto princípio arquivístico, optamos por recorrer aos autores clássicos da Arquivologia (teóricos com publicações na área e autores de manuais arquivísticos) e a dicionários de terminologia.

Quanto à metodologia, a presente pesquisa é um estudo exploratório. Conforme Gil (2008, p. 41), a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema e pode envolver levantamento bibliográfico e geralmente assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso. Em virtude do caráter teórico da pesquisa, utilizamos a revisão de literatura para subsidiá-la. Segundo Caldas a revisão de literatura consiste na

coleta e armazenagem de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações relevantes. (CALDAS, 1986, p. 15).

Noronha e Ferreira (2000, p. 191) explicam que a revisão de literatura é parte integrante de toda a pesquisa, mas que também pode constituir a própria pesquisa em si.

A presente pesquisa é dividida em três fases: a primeira alusiva ao desenvolvimento da parte teórico-conceitual referente aos princípios arquivísticos, onde identificamos o que é um princípio e, em seguida, quais são esses princípios, tendo como base a análise dos seguintes dicionários de terminologia arquivística:

- a) Dicionário de Terminologia Arquivística, da Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo do Estado de São Paulo, 1996;
- b) Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, do Arquivo Nacional, 2005;
- c) Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, de Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti, 2008; e
- d) *Multilingual Archival Terminology*, do Conselho Internacional de Arquivos, 2010.

A segunda fase da pesquisa consistiu em dois levantamentos. O primeiro, quantitativo, visou analisar a incidência de discussão teórica referente ao princípio da proveniência e à organicidade em revistas especializadas e no Banco de Teses da Capes. Para tanto, procedemos à análise de cinco revistas:

- a) *La Gazette des Archives*, da Associação dos Arquivistas Franceses (AAF)³,
- b) *American Archivist*, da Sociedade dos Arquivistas Americanos (SAA)⁴;
- c) *Archivaria*, da Associação de Arquivistas do Québec (AAQ)⁵;
- d) *Tabula*, da Associação dos Arquivistas de Castilla y Leon (ACAL)⁶; e
- e) *Arquivo & Administração*, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

O segundo levantamento, qualitativo, teve a finalidade precípua de identificar como (e se) a organicidade é considerada nas obras dos teóricos e nos manuais clássicos da área. Os teóricos foram selecionados a partir de uma revisão de literatura, de forma que os selecionados não fossem os mesmos autores dos manuais. A partir dos estudos realizados por Lacerda (2008) e Marques (2011), selecionamos 9 (nove) manuais, de acordo com seus países de origem, para serem objetos desta pesquisa, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Manuais selecionados para pesquisa

Ano de Publicação	País	Obra	Autor (es)/ Editor (es)
1898	Holanda	Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos	Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin
1922	Inglaterra	A Manual of archive administration	Hilary Jenkinson

³ *Association des Archivistes Français* (AAF).

⁴ *Society of American Archivists* (SAA).

⁵ *Association des archivistes du Québec* (AAQ).

⁶ *Asociación de Archiveros de Castilla y León* (ACAL).

1956	E.U.A	Arquivos Modernos. Princípios e Técnicas	Theodore R. Schellenberg
1970	França	Manuel d'Archivistique. Théorie et pratique des archives publiques en France.	Direção de Arquivos da França e Associação dos Arquivistas Franceses
1984	Itália	Archivistica: principi e problemi	Elio Lodolini
1984	E.U.A	A Modern Archives Reader: basic readings on archive theory and practice	Maygene F. Daniels Thimothy Walch
1989	Espanha	Archivistica General. Teoria y Pratica	Antonia Heredia Herrera.
1993	França	La pratique archivistique française	Direção de Arquivos da França
2000	E.U.A	American archival studies: readings in theory and practice.	Randall C. Jimerson

Fonte: Elaboração própria, baseada em LACERDA (2008) e MARQUES (2011).

A terceira fase da pesquisa consistiu na análise dos dados levantados sobre a organicidade, a partir do princípio da proveniência, nas obras dos teóricos, manuais e dicionários da área. A partir dessa análise, construímos uma reflexão teórica a fim de subsidiar a compreensão da organicidade enquanto princípio arquivístico.

A partir das três fases em que foi sistematizada esta pesquisa, estruturamos sua apresentação em quatro seções principais.

Na seção 2, apresentamos nossa reflexão a respeito da significação do termo princípio e a análise dos princípios arquivísticos nos dicionários de terminologia arquivística.

Na seção 3, estudamos o princípio da proveniência a partir das obras dos teóricos e manuais clássicos da área. Além de apresentar a incidência de sua discussão teórica por intermédio da análise de revistas especializadas e do Banco de Teses da Capes.

Na seção 4, analisamos os dados apresentados nas seções anteriores e tecemos reflexões a respeito da organicidade. A análise é amparada na revisão de literatura decorrente das outras seções e também nos levantamentos realizados.

Por fim, na seção 5, apresentamos as considerações finais da pesquisa onde expomos as conclusões das análises em relação aos nossos pressupostos e objetivos almejados.

Notamos que muitos estudiosos buscam na teoria a resposta aos problemas práticos atuais. Entretanto, a teoria desenvolvida no século XIX e aperfeiçoada ao longo dos anos necessita ser revisada. Martín-Pozuelo incita a pesquisa em teoria arquivística quando indaga: “esta la teoría archivística preparada para encarar el futuro? ¿Le servirán los conceptos y principios en los que hoy fundamenta su praxis?” (MARTÍN-POZUELO, 2010, p. 211).

O princípio da proveniência é o mais conhecido dos princípios arquivísticos, logo revisará-lo a fim de identificar que a organicidade também pode ser considerada um princípio arquivístico fomenta os debates em torno da teoria arquivística. Consequentemente, julgamos

oportuno que o tema seja pesquisado no âmbito do primeiro curso de mestrado em Arquivologia no Brasil.

2 PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS

Para identificar os princípios arquivísticos é preciso antes entender o que é um princípio, sendo assim, apresentamos as definições do termo princípio. Além disso, analisamos estes princípios segundo as definições contidas nos dicionários de terminologia arquivística selecionados para esta pesquisa. O principal objetivo desta análise é identificar o que é apresentado à comunidade arquivística como princípios da área.

2.1 O QUE É PRINCÍPIO?

Compreender os princípios arquivísticos perpassa, em um primeiro instante, por entendermos o que é princípio. Inicialmente, em uma análise etimológica identificamos que a palavra “princípio” deriva do latim “*principium*” e encerra a ideia de começo, origem e base. Segundo Mora (2001, p. 229), para os pré-socráticos a palavra princípio denotava “princípio de todas as coisas[...]” ou “aquilo que derivam todas as outras coisas[...]”. A noção de princípio existia antes de Aristóteles a delimitar. Segundo o próprio, o que caracteriza um princípio é o fato de todos serem “fontes donde derivam o ser, ou a geração ou o conhecimento.” (MORA, 2001, p. 229). O termo princípio carrega consigo significados diversos, sendo assim, julgamos oportuno trazer para a discussão os significados expressos no dicionário Aulete⁷ (grifo do autor).

1. Ação ou resultado de principiar; COMEÇO; INÍCIO; ORIGEM
2. O momento em que se faz alguma coisa pela primeira vez; a primeira formação de uma coisa: desde o princípio *do mundo*, *partículas chocam-se incessantemente*.
3. Causa primária: o princípio *do bem e o princípio do mal*: o trabalho é o princípio *de toda a riqueza*.
4. Valor moral, dignidade: É um homem de princípios.
5. Preceito, regra, lei (princípio de geometria/de direito).
6. Dito ou provérbio moralizante.
7. Quím. Elemento ou conjunto de elementos que sob algum ponto de vista assume predomínio na constituição de um corpo orgânico qualquer: a quinina é o princípio *ativo das quininas*.

⁷ Dicionário Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

8. Qualquer causa natural que concorra para que os corpos se movam, operem e vivam (o princípio do calor/da vida).
9. Fil. A origem de um conhecimento, de um saber.

Dentre os significados presentes no dicionário, destacamos: “Preceito, regra, lei (princípio de geometria/de direito[...])” e “[...] origem de um conhecimento, de um saber”.

Ainda para compreender o significado do termo princípio, recorremos ao Dicionário Básico de Filosofia (1996), de autoria de Hilton Japiassú e Danilo Marcondes. Dentre os significados apresentados, ressaltamos o que define princípio como “causas primeiras, fundamentos do conhecimento.” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 220). Há o entendimento de que o princípio converge à ideia de início de algo e também figura como uma espécie de preceito a ser seguido. Além disso, o princípio não é dissociado, em nenhum desses autores consultados, da ideia de ser o fundamento de um saber específico.

O princípio de uma ciência assim o é porque se caracteriza como um preceito a ser seguido e necessário ao desenvolvimento das atividades relacionadas àquele saber específico. Ressaltamos, igualmente, que o contexto de criação e de reconhecimento de um princípio não pode ser desconsiderado.

Embora um princípio seja um ponto de partida, nem todo o ponto de partida pode ser um princípio. Por isso, reservou-se o nome de princípio para aquele que não pode reduzir-se a outro. Em contrapartida, pode admitir-se que os princípios de uma determinada ciência são, por sua vez, dependentes de certos princípios superiores e, em última análise, dos chamados “primeiros princípios” ou axiomas. Se nos limitarmos agora só aos princípios do conhecer, poderemos dividi-los em duas classes: os princípios comuns a todas as categorias de um saber e os princípios próprios de cada categoria de saber. No que se refere à natureza dos princípios do conhecer, [existem os] princípios lógicos e princípios ontológicos. Alguns afirmam que só merecem chamar-se “princípios” os princípios lógicos (como o de identidade, de não contradição e o do terceiro excluído). **Outros afirmam que os princípios lógicos são, no fundo, ontológicos, uma vez que os princípios não regeriam se não estivessem de certo modo fundados na realidade. Quanto à relação entre os princípios primeiros e os princípios próprios de uma ciência, repetem-se os termos da polêmica há pouco descrita: uns defendem que se trata de uma relação primeiramente lógica e outros de uma relação fundada na natureza das realidades consideradas.** (MORA, 2001, p. 229, grifo nosso).

Ainda sobre a questão de considerar a realidade e seu caráter provisório, o Dicionário de Ciências Sociais, publicado pela Fundação Getúlio Vargas em 1986, define princípio como: “proposição que se põe no início de uma dedução [...], sendo admitida

provisoriamente, como inquestionável (são princípios os axiomas, os postulados, os teoremas, etc.)” (FGV, 1986, p. 976).

É interessante notar que um princípio é uma regra, mas não é imutável. Os princípios servem às áreas do conhecimento somente por um período determinado e são construídos de acordo com uma dada realidade. A partir do momento que esta realidade sofre alterações diretas, torna-se urgente a necessidade de repensar os princípios, pois não existe razão para a sacralização de um princípio. Segundo Mara Eliane Fonseca Rodrigues

todo conhecimento humano está vinculado a uma época, é fruto de um momento histórico e possui suas limitações, tanto que teorias bem sucedidas em um dado momento podem ser substituídas por outras. (RODRIGUES, 2010, p. 5).

Dessa forma, compreendemos que refletir sobre os princípios arquivísticos não pode passar ao largo do contexto em que esses princípios surgiram. Fuster Ruiz relaciona o surgimento da Arquivologia com o momento que se formula o princípio da proveniência.

A Arquivística científica nasce a partir do mesmo momento que se formula e se institui o princípio da proveniência, pelo qual os documentos devem ser organizados segundo a estrutura da instituição de onde provêm. Embora a formulação científica do princípio seja bastante tardia, do século XIX, sem dúvida, existem antecedentes muito antigos de sua aplicação prática. (FUSTER RUIZ, 1996, p. 43, tradução nossa).

Sendo assim, inicialmente, a Arquivologia se diferencia das demais áreas quando o princípio da proveniência é instituído. A realidade encontrada atualmente não é a mesma da época em que esse princípio surgiu, logo é necessário que haja reflexão a respeito da fundamentação teórica e da aplicação do princípio da proveniência.

A realidade imposta pelas tecnologias da informação impulsionou algumas discussões relevantes sobre os princípios arquivísticos. Terry Cook destaca a importância de haver pesquisa acerca dos princípios básicos fundamentais da Arquivologia.

Nesse mundo de mudança, os princípios arquivísticos fundamentais se mantêm, descartando muitas de suas interpretações atuais, implementações estratégicas e aplicações práticas. Pode parecer à primeira vista contraditório afirmar uma mudança de paradigma uma vez que se sugere que os arquivistas devem manter o foco na pesquisa acadêmica e na formulação de teorias sobre os princípios básicos tradicionais – aquelas centrais em torno da “proveniência, respeito aos fundos, o contexto, a evolução, as interações, [e] ordem” dos documentos. A referência aos “princípios básicos tradicionais” não soa como uma mudança de paradigma radical! No

entanto, os resultados da pesquisa de arquivistas em relação a estes princípios tradicionais são agora tão diferentes das suposições que têm dominado a profissão durante a maior parte destes dois últimos séculos que creio que uma mudança de paradigma está ocorrendo de fato. (COOK, 2000, p. 5, tradução nossa).

Desta forma, diante do exposto e para fins desta pesquisa, adotamos o entendimento de que os princípios arquivísticos são preceitos da Arquivologia que devem ser aplicados em todas as etapas do tratamento do documento arquivístico, independente de sua natureza ou suporte.

Como estratégia para uma compreensão mais abrangente do que é tomado como princípio arquivístico atualmente, optamos por analisar, na subseção a seguir, quatro dicionários de terminologia arquivística.

2.2 OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS EM DICIONÁRIOS DE TERMINOLOGIA

Segundo Belloto (2002, p. 20), os princípios arquivísticos foram determinantes para que houvesse a diferenciação entre a Arquivologia e as demais ciências documentais. Os canadenses Rousseau e Couture (1998, p. 52) pontuam três princípios arquivísticos como fundamentos da disciplina Arquivística: princípio da territorialidade; princípio da proveniência; e da abordagem das três idades⁸.

Ao apresentar a questão do que seria determinante para caracterizar se um conjunto de documentos é um arquivo ou uma coleção, Oliveira (2010, p. 37) considera o princípio da proveniência como princípio básico da Arquivologia. Ainda sobre reconhecimento dos princípios da área, Sousa (2003, p. 242) admite como princípios arquivísticos o princípio de respeito aos fundos e o da ordem original. Em seu artigo fica evidente que o autor apoia-se nas ideias disseminadas por Michel Duchein. Inferimos que, por este motivo, Sousa (2003) prefira utilizar a expressão “respeito aos fundos” no lugar de “proveniência”. Sousa evidencia, também, que o princípio da ordem original “não é ponto pacífico na literatura arquivística” (SOUSA, 2003, p. 242). Diante dessa e de outras ausências de pontos pacíficos, recorreremos aos dicionários de terminologia a fim de obtermos um panorama do que é considerado um princípio arquivístico.

⁸ Os autores consideram o ciclo de vida dos documentos como um dos princípios arquivísticos.

Os dicionários de terminologia são ferramentas importantes para a consolidação e comunicação científica de qualquer área do conhecimento. Sobre o tema, Silva *et al* destacam que

qualquer disciplina e, com maior razão, **qualquer ciência tem necessidade de um conjunto de termos rigorosamente definidos pelos quais designa as noções que são úteis: esse conjunto de termos constitui, pois, a sua terminologia** e o que chamamos de área de especialidade e vocabulário técnico científico que ao nosso entendimento requer um avanço desse tipo de obra no Brasil. Como concebê-los e como denominá-los tem sido árdua tarefa. Basta lembrar a variedade de denominações utilizadas: vocabulário, dicionário terminológico, dicionário especial, dicionário técnico, vocabulário técnico-científico, dicionário de língua de especialidade, dicionário de língua científica ou técnica, etc. (SILVA et al, 2011, p. 114, grifo nosso).

Os autores explicam a diferença entre os dicionários de terminologia e os de língua. Os dicionários terminológicos versam sobre os termos técnicos de uma determinada área e os dicionários de língua têm o objetivo de analisar os vocábulos e vocabulários de um determinado idioma (SILVA et al, 2011, p. 114). Tanto para o desenvolvimento de um dicionário terminológico, quanto para o de um dicionário de línguas, o responsável pela sua elaboração categorizará palavras a fim de associá-las a conceitos, conforme Biderman elucida:

A atividade de nomear resulta do processo de categorização. Por sua vez, a categorização fundamenta-se na capacidade de discriminação de traços distintivos entre os referentes percebidos ou apreendidos pelo aparato sensitivo e cognitivo do homem. A esse processo segue-se o ato de nomear. Por essa razão a categorização é o processo em que se baseia a semântica de uma língua natural, por meio do qual o homem desenvolveu a capacidade de associar palavras a conceitos. (BIDERMAN, 2006, p. 1).

Sobre a dificuldade de consistência terminológica, Duchein explana que

a terminologia é, de qualquer forma, o reflexo da prática profissional. Se a terminologia arquivística é pouco precisa, é bem a prova de que a Arquivologia, ela mesma está longe de ser uma ciência exata. (DUCHEIN, 2007, p. 14).

Duchein (2007) discorre, ainda, sobre a dificuldade que existe na elaboração de um dicionário de terminologia arquivística, pois além de cada país ter sistemas jurídicos e administrativos que diferenciam os termos arquivísticos, também existe diversas variações dentro de um mesmo idioma. Para o desenvolvimento desta pesquisa selecionamos três

dicionários terminológicos, produzidos no Brasil, que apresentam considerável número de citação em trabalhos da área. Além disso, como forma de nos trazer uma perspectiva internacional, optamos por incluir o dicionário produzido pelo Conselho Internacional de Arquivos. Assim, os dicionários selecionados são os seguintes:

- a) Dicionário de Terminologia Arquivística, da Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo do Estado de São Paulo, 1996;
- b) Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, do Arquivo Nacional (DIBRATE), 2005;
- c) Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, de Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti, 2008; e
- d) *Multilingual Archival Terminology, do Conselho Internacional de Arquivos*, 2010.

A metodologia adotada para o levantamento nos dicionários foi a busca pelo termo “princípio” em toda a extensão das publicações e consideramos não somente aqueles verbetes cuja entrada é “princípio” propriamente dito - por exemplo: princípio da proveniência - mas também as definições que apresentam a palavra princípio. Buscamos também pelo termo “organicidade” com o intuito de analisar suas definições. Para cada dicionário foi produzido um quadro, em um total de quatro, construídos com o objetivo de sistematizar nossa análise.

O Dicionário de Terminologia Arquivística surge a partir da iniciativa de arquivistas da Associação de Arquivistas Brasileiros, do núcleo regional de São Paulo⁹, de discutir termos da área “ante as exigências de rigor colocadas pelo incontestável crescimento de sua atuação em instituições públicas e privadas.” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. XI). O dicionário não tem a pretensão de ser exaustivo e teve por objetivo abarcar grandes conjuntos temáticos, quais sejam: princípios e funções; metodologia e tratamento documental; documento e análise documental; acesso, utilização e difusão; preservação; reprografia e informática.

⁹ Em 9 de outubro de 1998, os sócios da AAB-SP, previamente convocados, reuniram-se em assembléia geral na sede do Arquivo do Estado de São Paulo, deliberando criar uma nova entidade – a Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP). Na mesma ocasião, foi aprovado o estatuto da Associação e eleita a primeira diretoria. <<http://www.arqsp.org.br>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

Quadro 2 – Princípios arquivísticos no Dicionário de Terminologia Arquivística

Verbetes	Definição
Princípio da Proveniência	Princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa.
Princípio de Respeito aos Fundos	Ver Princípio da Proveniência.
Princípio de Respeito à Ordem Original	Princípio que, levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante sua organicidade.

Fonte: Elaboração própria baseada em CAMARGO; BELLOTTO (1996).

Com o nome de princípio foram identificados três termos, porém um deles remete a outro, ou seja, o dicionário considera que há apenas dois princípios arquivísticos: princípio da proveniência e princípio de respeito à ordem original. Quando buscamos por organicidade temos a seguinte definição: “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas.” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996). Sendo assim, constatamos que a organicidade é considerada como característica.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE) é resultado de um Grupo de Trabalho instituído no âmbito do Arquivo Nacional e apoiado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que iniciou suas atividades na década de 1990 e retomou os trabalhos em 2003. O DIBRATE é lançado, em 2005, com uma explícita intenção de revisão.

[...] o Arquivo Nacional e o próprio CONARQ promoverão a revisão, num prazo de dois anos, da presente versão, esperando-se contar, para isso, com a colaboração ativa de técnicos, professores e estudantes de graduação e pós-graduação em arquivologia e áreas afins. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 7).

Todavia, até novembro de 2013 não foi lançada nenhuma edição revisada do Dicionário e até o fechamento desta pesquisa também não houve lançamento. No segundo semestre de 2010, o Grupo de Trabalho responsável pelo DIBRATE realizou consulta pública com vistas a receber sugestões de inclusões e alterações de verbetes, acompanhada pelas justificativas. O prazo para envio compreendeu o período entre 18 de outubro e 30 de novembro de 2010 e as contribuições deveriam ser enviadas para o *e-mail* <terminologia@arquivonacional.gov.br>. Ainda na parte introdutória do dicionário podemos perceber que houve a escolha político-didática de se incluir o princípio da pertinência, assim como a proveniência funcional.

Neste trabalho incluíram-se alguns termos hoje em desuso, mas que, em determinadas épocas, foram empregados em âmbito internacional, e cuja presença nos DAT pode ser atribuída a objetivos político-didáticos. É o caso de princípio da *pertinência e proveniência funcional*, ambos praticamente não mais utilizados, mantidos para conhecimento das novas gerações e por serem indicadores da evolução da disciplina. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 16).

Realizamos, através do Serviço de Informação ao Cidadão do Arquivo Nacional (SIC-AN), consulta a respeito das contribuições enviadas ao Grupo de Trabalho. Tal consulta se deu em virtude da inquietação existente em razão da ausência de revisões do dicionário. No período da consulta pública, o Arquivo Nacional recebeu, por *e-mail*, 9 (nove) contribuições, porém nenhuma relacionada aos princípios arquivísticos ou organicidade (ANEXO A e B).

Quadro 3 – Princípios arquivísticos no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE)

Verbetes	Definição
Imprescritibilidade	Princípio pelo qual é assegurado ao Estado o direito sobre os arquivos públicos sem limitação de tempo, por serem estes considerados bens públicos inalienáveis.
Inalienabilidade	Princípio pelo qual é impedida a alienação de arquivos públicos a terceiros. Ver também imprescritibilidade.
Princípio da pertinência	Princípio segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original. Também chamado princípio temático.
Princípio da proveniência	Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos.
Princípio da reversibilidade	Princípio segundo o qual todo procedimento ou tratamento empreendido em arquivos pode ser revertido, se necessário.
Princípio de Respeito à Ordem Original	Princípio segundo o qual o Arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.

Fonte: Elaboração própria, baseada em ARQUIVO NACIONAL (2005).

O DIBRATE apresenta, com o nome de princípio, quatro princípios arquivísticos, e mais dois termos onde a palavra princípio ocorre apenas na definição. Dessa forma, para este dicionário, existem seis princípios arquivísticos: imprescritibilidade, inalienabilidade,

princípio da pertinência, princípio da proveniência, princípio da reversibilidade e princípio de respeito à ordem original.

O DIBRATE reconhece a organicidade e a define como “relação natural entre os documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127). Desta forma, não a qualifica como característica tampouco princípio.

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, embora não seja específico da área, traz verbetes, em alguns casos, com caráter mais enciclopédico, pois este dicionário não se resume a apresentar a definição dos termos, mas também a complementa com explicações, como as outras formas que o termo é conhecido, históricos, usos e desusos de expressões etc. São mais de quatro mil verbetes, incluindo termos das áreas de editoração, direitos autorais, informática, artes gráficas, comunicação científica e telecomunicações.

O dicionário está dividido em duas partes: a primeira apresenta os verbetes em língua portuguesa e seus equivalentes; a segunda apresenta os termos em língua inglesa com remissivas para o termo em língua portuguesa. Este trabalho é resultado de aproximadamente 15 anos de pesquisa, desenvolvida por seus autores, ambos os doutores em Biblioteconomia e com estreitas relações com a Universidade de Brasília (UNB).

Além disso, pudemos perceber que este dicionário tem por iniciativa a construção de uma correlação entre arquivologia e biblioteconomia, possivelmente em virtude da origem acadêmica de seus autores.

Quadro 4 – Princípios arquivísticos no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia

Verbetes	Definição
Princípio da Pertinência	Conceito segundo o qual os documentos de arquivo devem ser reclassificados por assuntos, independentemente da sua proveniência e organização original. Este conceito, anterior ao estabelecimento dos princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, é hoje rejeitado; princípio temático.
Princípio da Proveniência	Princípio arquivístico fundamental, segundo o qual os documentos ou os arquivos originários de uma instituição, de uma corporação, de uma família ou de uma pessoa não devem ser incorporados a documentos ou arquivos de outras proveniências; inclui, às vezes, o princípio do respeito à ordem original; princípio do respeito aos fundos; respeito aos fundos.
Princípio da reversibilidade	Princípio segundo o qual todo o procedimento ou tratamento empreendido em arquivos deveria poder, se necessário, ser desfeito.
Princípio da territorialidade	Ver pertinência territorial
Princípio de procedência	Ver princípio da proveniência

Princípio de Reconstituição da Ordem Original	Ver Princípio do Respeito à Ordem Original
Princípio do Respeito à Estrutura Arquivística	Princípio arquivístico fundamental, segundo o qual um fundo (ou núcleo) de arquivo deve manter ou receber um arranjo correspondente às estruturas administrativas da entidade ou pessoa física que o produziu; Princípio do respeito à estrutura interna, respeito à estrutura arquivística.
Princípio do respeito à estrutura interna	Ver Princípio do respeito à estrutura arquivística.
Princípio do Respeito à Ordem Original	Princípio arquivístico fundamental, segundo o qual os arquivos que procedem, isto é, que provêm de uma mesma origem, devem manter o mesmo arranjo (ou ordenação) estabelecido pelo órgão de origem.
Princípio do Respeito à Ordenação Prévia	Ver princípio do Respeito à Ordem Original
Princípio do Respeito aos Fundos	Ver princípio da Proveniência
Princípio do Respeito à Estrutura	Ver Princípio do Respeito à Estrutura Arquivística
Princípio Temático	Ver Princípio da Pertinência

Fonte: Elaboração própria, baseada em CUNHA; CAVALCANTI (2008).

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia apresenta treze princípios, sendo sete considerados variantes de outros princípios. São considerados princípios arquivísticos: princípio da pertinência, princípio da proveniência, princípio da reversibilidade, princípio de respeito a estrutura arquivística e princípio de respeito a ordem original. O Dicionário considera a organicidade como uma qualidade inerente aos arquivos e a apresenta como “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas”.

O *Multilingual Archival Terminology*¹⁰ é uma iniciativa da Seção de Educação e Formação Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos, que em 2010 engajou-se na criação de um dicionário interativo, *online* e multilíngue. O orçamento do projeto foi financiado pelo próprio Conselho e pelo Projeto InterPARES¹¹ e contou, ainda, com a liderança da professora Luciana Duranti, da Universidade de British Columbia. O dicionário está disponível nos seguintes idiomas: bielorusso, catalão, chinês, croata, holandês, inglês, finlandês, francês, alemão, grego, italiano, japonês, polonês, português, punjabi, romeno, russo, espanhol e sueco.

¹⁰ Disponível em: < <http://www.ciscra.org/mat/>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

¹¹ Projeto que pesquisa a preservação de documentos arquivísticos autênticos em sistemas informatizados. Para mais informações acesse < http://www.interpares.org/ip3/ip3_index.cfm?team=4>. Acesso em: 2 jun. 2015.

O objetivo do dicionário é o de apoiar arquivistas no uso dos termos relacionados com a preservação de documentos arquivísticos digitais, baseado em conceitos da Arquivologia e da Diplomática, os trezentos e vinte termos iniciais expressam conceitos considerados fundamentais para o Conselho e para o Projeto InterPARES.

Quadro 5 – Princípios arquivísticos no *Multilingual Archival Terminology*

Verbetes	Definições
Princípio da pertinência	Princípio segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto, sem ter em conta a proveniência e a classificação original. Também chamado "princípio temático".
Princípio da proveniência	Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado "princípio do respeito aos fundos"
Princípio do Respeito à Ordem Original	Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.

Fonte: Elaboração própria, baseada em *Multilingual Archival Terminology* (2010).

O *Multilingual Archival Terminology* apresenta três princípios e a definição de todos é idêntica às do DIBRATE¹², do Arquivo Nacional do Brasil. Cabe ressaltar que existe a entrada “princípio da ordem original” cujo verbete é idêntico ao do “princípio do Respeito a Ordem Original”, por isso não o computamos como princípio para nossa pesquisa, considerando dessa forma somente três princípios no lugar de quatro. Apesar de referenciar a obra brasileira, não identificamos dois termos: organicidade e princípio da reversibilidade, embora o dicionário seja claro nos critérios metodológicos utilizados para seleção de termos – como dito anteriormente, os termos selecionados têm relação com a preservação de documentos arquivísticos digitais – causa estranheza que a organicidade não tenha sido considerada.

Dos quatro dicionários de terminologia analisados, somente foram identificados em todos eles dois princípios: proveniência e respeito à ordem original. Sobre as definições relativas à proveniência identificamos que todas convergiram para um entendimento linear do que é este princípio. Dessa forma, podemos concluir que existe consenso entre suas definições e ele se expressa em determinar que documentos de proveniências distintas não devem ser mesclados.

¹² As definições expressas pelo *Multilingual* são citações diretas do DIBRATE.

Quanto ao Princípio de Respeito à Ordem Original, o Dicionário da AAB/SP considera, na definição, o respeito às relações estruturais da produção documental, enquanto os demais tratam do arranjo dado pelo produtor. Sendo assim, optamos em trazer para nossas reflexões sobre a organicidade o que cada um dos dicionários define como arranjo. O Dicionário da AAB/SP define arranjo como “a atribuição à classificação nos arquivos permanentes.” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 25). O DIBRATE apresenta arranjo como “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano previamente estabelecido.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37). O *Multilingual*, do ICA, apresenta a mesma definição do DIBRATE. Já o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia apresenta diversas definições, das quais destacamos:

Ordenação dada aos documentos que compõe o todo orgânico [...]. Operação material da organização dos itens (ou unidades de arquivamento), baseada nos princípios da proveniência e de respeito aos fundos [...]. Em arquivos correntes, é a colocação dos documentos de acordo com o quadro de arranjo preestabelecido; classificação. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 31).

Sendo assim, temos o entendimento de que a ordem original deve ser respeitada e mantida quando os arquivos tiverem sido anteriormente ordenados ou até mesmo classificados.

Na pesquisa feita nos dicionários para o termo organicidade, houve retorno em três deles. O Dicionário da AAB/SP e o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia a classificam como qualidade e o DIBRATE aponta a organicidade como uma relação entre os documentos, sem se posicionar sobre ela ser uma qualidade ou um princípio.

O *Multilingual*, apesar de utilizar o DIBRATE para os termos em português, desconsiderou a organicidade inclusive em outras línguas. A seleção de termos para o *Multilingual* seguiu o critério de somente considerar os que fossem imprescindíveis para a preservação de documentos arquivísticos digitais. Sendo assim, cabe questionar se a organicidade não seria importante para a preservação desses documentos. Acreditamos que sim. Como forma de ampliar este debate, recorreremos a mais uma obra internacional a fim de identificar se o entendimento de organicidade é o mesmo apresentado pelos dicionários brasileiros.

A *Select list of archival terminology da University of British Columbia*, apresenta a definição de “*interrelatedness*”¹³ como a “qualidade dos documentos arquivísticos serem dependentes entre si e de suas relações funcionais. Também se refere à qualidade orgânica ou organicidade”.

Dessa forma, a partir da análise sobre a organicidade nos dicionários, identificamos que ela é tida como a qualidade dos documentos arquivísticos se relacionarem entre si. Os princípios que podemos observar em comum entre os quatro dicionários são o Princípio da Proveniência e o Princípio de Respeito à Ordem Original. Os demais ou são nomes derivados destes dois princípios, ou são princípios não mais utilizados pela Arquivologia, não apenas no Brasil, mas internacionalmente. Concluímos que os responsáveis pela elaboração desses dicionários de terminologia não apresentam uma apropriação do termo princípio, baseada em um entendimento epistemológico a partir da significação deste termo.

Ainda que o princípio da proveniência tenha sua fundamentação teórica contestada, podemos constatar que há uma concordância na área ao considerá-lo um princípio e também ao defini-lo, pois as definições apresentadas direcionam para o mesmo entendimento de que não se misturam documentos de proveniências distintas. Já as definições do Princípio de Respeito à Ordem Original, de maneira geral, apontam para a importância da manutenção do arranjo dado pelo produtor dos documentos.

Sendo assim, mediante a comparação entre as definições dos princípios repetidos nos dicionários de terminologia, identificamos que o princípio da proveniência goza, de maneira geral, de certo consenso conceitual. Contudo, podemos destacar que no Dicionário da AAB/SP, a organicidade é relacionada ao princípio de respeito à ordem original.

¹³ No original: “Interrelatedness: The quality of each document in an archives of being dependent on its functional relations to other documents in that archives. Also referred to as organic quality or organicity”. Disponível em: <http://slais.ubc.ca/files/2014/07/Archival_Terminology.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

3 O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA

O surgimento do princípio da proveniência é atribuído, pela maioria dos estudiosos da área, à Revolução Francesa, em virtude da criação do arquivo da Assembléia Nacional e sua posterior transformação em depósito central dos arquivos do Estado. A partir da política de governo, influenciada pelo Iluminismo, os documentos passaram a ter um local destinado a sua armazenagem. Embora alguns autores reconheçam que o princípio da proveniência foi adotado pela primeira vez em 1791, na Dinamarca (HEREDIA HERRERA, 1989, p. 33) percebemos que sua institucionalização ocorre em virtude das condições apresentadas para tal no contexto da Revolução Francesa.

Fonseca (2005, p. 40) destaca três aspectos relativos ao modelo francês.

- Uma administração orgânica foi criada para cobrir toda a rede de repartições públicas geradoras de documentos;
- O Estado reconhece sua responsabilidade em relação ao cuidado devido ao patrimônio documental do passado e aos documentos por ele produzidos;
- A proclamação e o reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos “todo cidadão tem o direito de solicitar em cada depósito a exibição dos documentos ali contidos” (Lei de Messidor, Art. 37).

Dessa forma, a partir de 1808, os depósitos localizados nas províncias da França deveriam transferir a Paris os arquivos produzidos por sua administração. Além disso, Paris também receberia os documentos dos países e territórios ocupados por Napoleão. Tais medidas resultaram em um grande acúmulo de documentos, o que levou esse “grande conjunto documental a ser tratado como único.” (FONSECA, 2005, p. 41).

Sobre o contexto de criação do princípio da proveniência, há duas datas históricas que se destacam: 24 de abril de 1841 e o ano de 1898, data da formulação do princípio francês de fundo, pelo arquivista Natalys de Wally e data da publicação da obra dos arquivistas holandeses, respectivamente.

O princípio da proveniência é citado senão em todos, ao menos na grande maioria, dos estudos da área, o que corrobora com o entendimento de que o mesmo é a base teórica da Arquivologia. Segundo Martín-Pozuelo (1996, p. 25), o princípio da proveniência não surge

em um único local ou momento.

Alguns autores atribuem o surgimento do princípio da proveniência a uma data específica, outros a determinado acontecimento histórico. Temos ainda, os que consideram que o princípio não teve uma origem temporal demarcada e admitem que o mesmo está em constante desenvolvimento teórico. Por isso, elaboramos o Quadro 6 com o objetivo de sistematizar os marcos temporais expressos por alguns autores da área.

Quadro 6 – Marcos fundadores do Princípio da Proveniência

Ano	Fonte	Autor/Entidade/Acontecimento	Relacionamento com o princípio da proveniência
1777	Adolf Brenneke	Philipp Ernst Spiess	Situa a origem teórica do princípio da proveniência na obra <i>Von Archiven</i> , pois identifica que existe uma preocupação com a classificação e com a organização dos documentos
1819	Martín-Pozuelo	Academia de Ciência de Berlim	Identifica que houve uma aproximação do enunciado teórico do princípio no início de abril de 1819, em uma aula na Academia de Ciência de Berlim.
1841	Rousseau e Couture	Reforma dos Arquivos Departamentais de Paris	Sofreu influência direta dos princípios da Revolução Francesa. Resultou nas instruções do Ministério do Interior Francês, inspiradas por Natalys Wallys.
1881	Martín-Pozuelo	Arquivo Secreto de Berlim	Max Lehmann introduziu o Princípio da Proveniência no Arquivo Secreto de Estado de Berlim, segundo Posner, citado por Martín-Pozuelo.
1898	Martín-Pozuelo	Publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses	Enuncia o princípio da proveniência.

Fonte: Elaboração própria, baseada em BRENNEKE (1968), MARTÍN-POZUELO (1996), ROUSSEAU; COUTURE (1998) e FERREIRA (2012).

Apesar de haver correntes distintas sobre a origem desse princípio, podemos compreender, ao analisar superficialmente os marcos históricos apresentados, que a principal mudança, a partir da criação do princípio da proveniência, relaciona-se à organização dos documentos por meio da constituição do fundo de arquivo, e não mais por intermédio da associação dos documentos a um determinado assunto.

A respeito da consolidação e reconhecimento do princípio da proveniência pela comunidade acadêmica, destacamos o I Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários, realizado em Bruxelas, em 1910¹⁴. Em virtude de o Congresso ser direcionado aos profissionais de áreas interdisciplinares, Schmidt (2012) destaca que

[...] visando manter as duas áreas autônomas de modo a respeitar suas especificidades, a organização do congresso as dividiu em duas seções, cada uma com um presidente. No caso da seção de arquivos, o presidente foi

¹⁴ Para mais informações sobre o evento, os Anais do Congresso encontra-se disponível em <<http://extranet.arch.be/congres1910/menu.html>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

Samuel Muller, um dos autores do “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos”, mais conhecido como Manual dos Holandeses. (SCHMIDT, 2012, p. 47).

No evento, arquivistas tiveram a oportunidade de discutir as cem regras para organização e arranjo de arquivos, estabelecidas pelo Manual dos Arquivistas Holandeses. (SCHMIDT, 2012, p. 47). Das 25 (vinte e cinco) questões colocadas no Congresso, verificamos que a de nº 13 discutiu o tema “*Principe de la provenance dans le classement des Archives*”.

No âmbito dos eventos científicos, ressaltamos a “*First Stockholm Conference on Archival Theory and Principle of Provenance*”. O evento ocorreu em 1993 e gerou um relatório publicado pelo Arquivo Nacional da Suécia em 1994. No documento são apresentados 13 (treze) artigos, todos voltados para a discussão do princípio da proveniência. Participaram do evento somente representantes de países da Europa, sendo a maioria de países nórdicos. Destacamos os questionamentos de Claes Gränström (1994, p. 12, tradução nossa), diretor do Arquivo Nacional da Suécia e Secretário do Conselho Internacional de Arquivos:

- Se uma teoria arquivística comum é considerada necessária, o princípio da proveniência ainda seria a base? [...]
- Se o princípio da proveniência é a base comum da Arquivologia, porque ele é interpretado e praticado diferentemente? Quais são as consequências disso para os usuários?
- É possível implementar o princípio da proveniência no trabalho prático diário? [...]

Não existem respostas prontas para nenhum dessas perguntas, somente a pesquisa teórica e a observação prática poderão atender às questões enunciadas. Oliveira (2010, p. 152) ao discorrer sobre as normas de descrição arquivística, aponta que “as fórmulas ignoram os princípios arquivísticos em sua magnitude, considerando que apenas com a identificação do produtor do arquivo a questão arquivística estará resolvida”. Percebemos que essa visão reducionista apontada pela autora ocorre não somente na aplicação das normas de descrição, mas também, quando limitam o princípio da proveniência apenas ao reconhecimento do produtor de documentos.

Percebemos a necessidade de repensar o princípio da proveniência a partir de dois vieses: arquivos pessoais e documentos arquivísticos digitais. Exporemos algumas considerações de autores da área que suscitaram discussões a respeito da aplicabilidade do princípio da proveniência no tratamento de arquivos dessa natureza e suporte, com vistas a responder a seguinte questão: o princípio da proveniência atende às demandas atuais?

Em 1997, a Fundação Getúlio Vargas realizou o Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais. Na ocasião, discutiu-se até que ponto a acumulação de documentos de uma pessoa pode ser comparada à acumulação de documentos de uma instituição como resultado natural e necessário às suas atividades. O termo natural é objeto de discussão na Arquivologia, principalmente a partir das influências pós-modernas e da crítica ao positivismo. Segundo Terry Cook, o documento do Seminário afirma [...] que os arquivos públicos, ou institucionais, ou oficiais, são acumulações “naturais e necessárias”, subprodutos orgânicos da atividade administrativa, enquanto os arquivos pessoais, conquanto possam ter tal qualidade, frequentemente são – “produtos do desejo de perpetuar intencionalmente uma certa imagem”, ou seja, “(propósito) concebido que, na verdade, se destina à ‘monumentalização’ do próprio indivíduo [...]”. A ideia da diferença fundamental entre arquivos institucionais e arquivos pessoais é muito difundida no pensamento arquivístico tradicional e na maior parte da literatura sobre o assunto (COOK, 1998, p. 131). Terry Cook tece sua crítica com base no fato de que tanto os princípios, quanto as metodologias utilizadas ainda atualmente ao redor do mundo, são resultados das experiências empíricas de autores pioneiros¹⁵ no tratamento de documentos do governo (COOK, 1998, p. 133). Logo, esses princípios precisam ser repensados para atender às demandas atuais da Arquivologia.

No referido Seminário, a arquivista Ariane Ducrot reconhece que “a organização do fundo se faz respeitando-se sua especificidade própria e os princípios gerais da arquivística” e identifica que as críticas ao princípio da proveniência tiveram início na década de 80, em virtude de três razões: “evolução da estrutura dos organismos, [...] a massa crescente dos arquivos administrativos e o surgimento dos arquivos evolutivos que são os informáticos.” (DUCROT, 1998, p. 151-154). A autora problematiza a aplicação do princípio da proveniência nos arquivos pessoais, cujo fundo pode vir a ser aberto, lacunar ou reconstituído. Destaca ainda que nas reconstituições dos fundos

o princípio da proveniência recebe uma aplicação particular, já que os documentos são reagrupados, não em função de sua origem (proprietário), mas do autor do fundo. Classificam-se em um mesmo fundo, por exemplo, os arquivos de um político doados por seus filhos e por seus colaboradores, indicando-se claramente no inventário as diferentes origens. Esse princípio é violado com bastante frequência na medida em que é admitido reagrupar em um mesmo fundo tanto os documentos recebidos por seu autor, quanto os originais que ele tenha enviado a terceiros e que, normalmente, pertenceriam aos fundos eventualmente constituídos por esses terceiros. (DUCROT, 1998, p. 162).

¹⁵ O autor cita Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e Theodore Roosevelt Schellenberg.

Notamos, ainda, que ambos os autores citam os impactos da informática nas atividades inerentes à Arquivologia. Sobre o tema, na Segunda Conferência Européia sobre Arquivos, realizada em 1989, Charles Dollar, ao discorrer sobre os impactos das tecnologias de informação sobre os princípios e práticas de arquivo, afirmou que “nenhuma tradição cultural ou nacional ficará imune ao difuso poder das tecnologias de informação.” (DOLLAR, 1989, p. 4). É interessante perceber que o autor discorre sobre a ordem original e a proveniência, mas apenas aponta a proveniência como princípio, sem categorizar a ordem original como princípio. Ao discorrer sobre a proveniência, evidencia que a adesão do princípio, no que se refere aos documentos arquivísticos digitais, “significa assegurar que seja mantido o contexto [...]” (DOLLAR, 1989, p. 10).

[...] os documentos em papel trazem geralmente consigo a informação relacionada com a proveniência, a adesão a esse princípio tem sido franca e direta para a maior parte dos documentos arquivísticos. Isso não é verdadeiro quanto aos registros eletrônicos. (DOLLAR, 1989, p. 10).

O autor esclarece que, quando se trata de documentos arquivísticos digitais, devemos considerar o contexto de criação do documento e não seu local de origem. Quando pensamos em redes de informação interligadas, as fronteiras da proveniência se expandem e “[..] é impossível afirmar a proveniência de documentos eletrônicos usando-se as abordagens tradicionais.” (DOLLAR, 1989, p. 10). Sobre essa impossibilidade, treze anos depois Laura Millar (2002) endossa que “os princípios fundamentais de respeito aos fundos e proveniência foram contestados pelas mudanças em nosso ambiente de manutenção de documentos.” (MILLAR, 2002, p. 2, tradução nossa).

O recente artigo “*Archives on the Internet: Representing Contexts and Provenance from Repository to Website*”, publicado em 2011, de autoria de Emily Monks-Leenson, discute a proveniência nos arquivos de dois *sites* de instituições não arquivísticas, mas que apresentam seus conjuntos de documento utilizando o termo arquivo. A questão principal analisa se os arquivos da internet funcionam de forma contrária ao princípio da proveniência ou se ele é reinterpretado de modo a criar novos e flexíveis contextos (MONKS-LESSON, 2011, p. 38). A autora examinou dois *sites*: “*The First World War Poetry Digital Archives*” e

“*The Walt Whitman Archive*” a fim de entender a lógica da representação contextual¹⁶ dos conjuntos de documentos e suas correlações. Em sua análise, notou que

ambos arquivos sugerem um contexto essencialmente temático e não se baseiam tanto na origem dos documentos, mas sim na maneira como podem estar relacionados a uma ideia central ou pessoa. (MONKS-LEESON, 2011, p. 54, tradução nossa)¹⁷

A autora conclui ainda que

[...] assim como documentos podem assumir novos significados e contextos, os entendimentos da proveniência podem mudar de forma a abranger não somente os contextos originais de criação (que devem ser preservados), mas também aos novos contextos que os documentos possam vir a pertencer. (MONKS-LEESON, 2011, p. 56-57, tradução nossa)¹⁸.

Ao abordamos as reflexões referentes ao princípio da proveniência não podemos negligenciar a contribuição dos australianos, pois dentre as críticas sofridas pelo princípio da proveniência, destaca-se no cenário arquivístico internacional, a do australiano Peter Scott. Em 1964, Peter Scott começa a trabalhar no Arquivo Nacional da Austrália e propõe uma organização baseada em séries. Nasce então o “Sistema de Séries”, que abandona a ideia de um fundo para uma proveniência, surgindo também a noção de múltipla proveniência.

[...] as ideias de Scott buscavam maneiras mais eficientes de documentar a “verdadeira natureza e muitas vezes os complexos sistemas de proveniência”, já que a visão “simplista” de proveniência do *record group* não era eficaz, pois os documentos possuíam simultâneas e sucessivas relações “provenienciais” que deveriam ser interrelacionadas. (CUNNINGHAM apud SCHMIDT, 2012, p. 161).

A concepção e os argumentos sobre o sistema de séries de Peter Scott são explicitados no artigo “*The Record Group Concept: a case of abandonment*”, publicado na revista *The*

¹⁶ A autora esclarece que essa representação de contexto abordada em seu artigo não tem relação alguma com a representação relativa à descrição arquivística.

¹⁷ No original: As both of these online archives suggest, context is primarily thematic and based not so much in the origins of the records as in the ways in which they can be linked to a central idea or person (MONKS-LEESON, 2011, p. 54).

¹⁸ No original: Accordingly, as records take on new meanings and new contexts, understandings of provenance can shift to encompass not only the original contexts of creation (which should be preserved), but also those new contexts to which records come to belong.

American Archivist em 1966. No icônico artigo, Scott (1966, p. 495, tradução nossa) critica o conceito de *record group*¹⁹ e aponta cinco problemas na sua aplicação:

1. Transferência de documentos de uma agência para a outra;
2. Existência de uma mesma função que é transferida para diversos órgãos;
3. Ineficiência na numeração da série impossibilitando que uma série seja descoberta e incluída sem que isso provoque alterações bruscas;
4. Ineficiência no armazenamento; e
5. Inconsistência do conceito.

A solução proposta por Scott é a adoção de um sistema de séries cujo objeto principal seja a função desenvolvida e não o órgão que produziu os documentos. Há dessa forma, a valorização da função no lugar da estrutura administrativa. A definição de série utilizada por Scott à época foi a de um “grupo de itens de documentos controlados por números e símbolos que resultam da mesma acumulação ou arquivamento e são de conteúdo informacional e forma física semelhante.” (SCOTT, 1996, p. 497, tradução nossa). Segundo Scott, os contextos administrativos das séries são evidenciados em seus inventários, pois para cada série é preparada uma história geral, que inclui nomeadamente uma análise do sistema de documentos do qual a série faz parte (SCOTT, 1996, p. 498).

Cabe ressaltar que Scott (1996, p. 493, tradução nossa) aponta dois objetivos a fim de comprovar que o princípio da proveniência e a ordem original são válidos para realidades e tempos diferentes do qual foram criados.

1. Arquivos devem ser mantidos em seu contexto administrativo, tanto no que se refere à instituição ou pessoa que os produziram quanto ao sistema de registro do qual fazem parte.
2. Arquivos devem ser mantidos na ordem em que foram produzidos, que deram entrada.

Além disso, o autor acrescenta que a flexibilidade na gestão de arquivos (especialmente na numeração e na localização) e o uso eficiente dos locais de guarda são desdobramentos desses objetivos. O abandono da ideia de descrever e organizar documentos

¹⁹ Record group é a “grande unidade de arquivo estabelecida de maneira arbitrária, com o devido respeito ao princípio da proveniência” (SCHELLENBERG, 2006).

em um único fundo ou grupo, para um mesmo produtor, evidenciaria as interrelações entre os mais diversos produtores e documentos.

Tais interrelações não são relações fixas, de um para um, como nas abordagens arquivísticas tradicionais de arranjo e descrição; elas são, antes, relações de muitos-para-um, um-para-muitos e muitos-para-muitos: são, por exemplo, relações entre várias séries e um criador, entre vários criadores e uma série, entre muitos criadores e muitas séries, entre criadores e outros criadores, entre séries e outras séries e entre séries e criadores para funções e vice-versa, entre funções correntes e suas predecessoras ou sucessoras, entre agências mais antigas e documentos de suas sucessoras — uma infinita riqueza de quase todo tipo concebível de inter-relacionamento contextual entre documentos, criadores e funções. (COOK, 1997, p. 7 tradução nossa).

As ideias de Scott não foram aceitas com receptividade pela comunidade arquivística em geral. Porém Cook reconhece que

[...] em um nível mais profundo da teoria arquivística, a abordagem australiana abala a visão clássica do arranjo e descrição arquivísticos e deve, portanto, fazer-nos questionar também a santidade de vários outros conceitos arquivísticos tradicionais para arquivos públicos que se basearam nessas abordagens mais antigas. (COOK, 1998, p. 135).

Para compreender o contexto onde o Sistema de Séries surgiu é importante entender que, por ser a Austrália um país novo, alguns métodos não respondiam às necessidades dos arquivistas australianos, pois os processos de transformação da administração não eram refletidos quando os arquivistas desenvolviam uma organização baseada no princípio da proveniência. As agências do governo mudavam de nome e de atribuição, todavia suas funções continuavam sendo desenvolvidas pelo Estado. A visão clássica de que existe uma proveniência e esta dizer respeito ao órgão que produziu ou recebeu o documento não era suficiente para o panorama que se mostrava na Austrália.

Por conta de seu desenvolvimento, as intuições australianas mudavam e, conseqüentemente, as funções da cada uma delas também. Contudo, a função em si permanecia existindo. Por exemplo, a função de emitir passaportes foi de responsabilidade de diversas instituições. Então, no lugar de cada instituição ter o seu fundo constituído de documentos relativos a sua atividade-fim e às atividades meio, optava-se por manter a série relativa à atividade daquela instituição. Assim, respeitava-se a função, não o fundo. Logo, a série – emissão de passaportes – é composta por documentos relativos a ela oriundos de

diversas instituições. Duchein (1992, p. 2) admite que “existem inumeráveis variedades de casos cuja complexidade funcional e laços de subordinação entre os diversos níveis do organismo dificultam a definição do fundo”. Ao contrário de ser um ataque ao princípio da proveniência, o sistema de séries foi a maneira encontrada pelos australianos de evidenciar o complexo contexto de criação dos documentos.

3.1 O QUE DIZEM OS TEÓRICOS

Com vistas a subsidiar nossa pesquisa selecionamos teóricos que tenham relevante produção na temática dos princípios arquivísticos. Atentamos, ainda, para escolher os que não são autores dos manuais utilizados na subseção a seguir.

Michel Duchein tem relevante produção na área e seu artigo “*Le Respect des fonds en Archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques*”, de 1977, foi traduzido para diversos idiomas e publicado no Brasil pela Revista Arquivo & Administração em 1986. No artigo existe o objetivo de aprofundar teoricamente certos aspectos da Arquivologia ao orientar os arquivistas na aplicação do princípio da proveniência e reconhecimento do fundo de arquivo. Além disso, o autor é excessivamente citado em trabalhos científicos, o que contribui para seu reconhecimento pelos pares, como importante teórico da área.

Maria Paz Martín-Pozuelo Campillos é professora da Universidade Carlos III de Madrid²⁰ e publicou o livro “*La construcción teórica en Archivística: El Principio de Procedencia*”, em 1996. No livro a autora define os elementos necessários à afirmação teórica do princípio da proveniência e analisa sua prática e os conceitos que a definem.

Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, arquivistas canadenses, publicaram o livro “Os Fundamentos da Disciplina Arquivística”, traduzido para o português em 1994. A obra apresenta o princípio da proveniência e outros fundamentos da Arquivologia. Além disso, os autores indicam a necessidade de gerir os arquivos desde sua criação até sua eliminação ou arquivamento. Destacam também a necessidade de manutenção do contexto organizacional e funcional para garantir que o princípio da proveniência seja respeitado. Assim como Duchein, os arquivistas canadenses têm sua obra com grande número de citações em trabalhos acadêmicos.

²⁰ Para mais informações sobre a autora ver:

<http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/biblioteconomia_documentacion/profesores/ppozuelo>. Acesso em: 10 jun. 2015.

Heloísa Liberalli Bellotto é autora de livros e artigos nas áreas de História e de Arquivologia e tem assessorado projetos de organização arquivística em todo o país. É referência na Arquivologia brasileira, tendo publicado e organizado vinte e dois livros.²¹

Aurelio Tanodi, arquivista nascido na Croácia e com cidadania Argentina. Criou a Escola de Arquivologia na Universidade de Córdoba e sua obra “*Manual de Archivología*” é um importante expoente do pensamento arquivístico latino-americano. Sendo assim, com o objetivo de enriquecer nosso debate entre os teóricos optamos por incluí-lo em nossa seleção.

Elaboramos o Quadro 7, a partir das obras dos teóricos, a fim de apresentarmos algumas definições do princípio.

Quadro 7 – Definições do Princípio da Proveniência.

Ano	Autor	Definição
1977	DUCHEIN	O princípio da proveniência consiste em deixar agrupados, sem os misturar com outros, os arquivos provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou moral.
1996	MARTÍN-POZUELO	Princípio que sanciona o tratamento da documentação de arquivo a partir do respeito ao tratamento que a mesma recebeu na instituição onde foi gerada.
1998	ROUSSEAU/COUTURE	É a base teórica, a lei que rege todas as intervenções arquivísticas e tem como objetivo gerir o conjunto de informações geradas por um organismo ou por uma pessoa no âmbito de suas atividades, ligadas à sua missão ou ao seu funcionamento ou à vida da referida pessoa. Segundo os autores é o princípio fundamental segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência não devem ser misturados com os de outra proveniência e devem ser conservados segundo a sua ordem primitiva, caso exista. Os autores consideram que este princípio tem dois graus. O primeiro seria alusivo ao fundo de arquivo e o segundo a sua organização interna.
2005	BELLOTTO	É o mesmo que “respect des fonds”, princípio fundamental da arquivística. Consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica.
2009	TANODI	Toda documentação (segundo o autor documentos produzidos diretamente pelo órgão e também os recebidos por ele) forma o que em Arquivística chama-se fundo documental, significa a maior e mais completa unidade ordenada baseada no princípio da proveniência, na qual não se deve mesclar com documentos de outra proveniência.

Fonte: Elaboração própria, baseada em BELLOTTO (2005), MARTÍN-POZUELO (1996), DUCHEIN (1977), ROUSSEAU; COUTURE (1998) e TANODI (2009).

Mediante análise das definições apresentadas no Quadro 7, resguardadas as diferenças lingüísticas, podemos considerá-las consensuais. Basicamente²², a definição do princípio da proveniência aponta para o entendimento de que este é o princípio que consiste em não se misturar documentos oriundos de fundos distintos com vistas a manter as relações orgânicas existentes nos conjuntos documentais.

²¹ Disponível em Currículo Lattes <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783264Y0>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

²² Sobre o tema princípio da proveniência, Michel Duchein (1992, p. 1) explicita que “[...] como muitos princípios é mais fácil enunciá-lo do que defini-lo e defini-lo do que aplicá-lo”.

Tais definições influenciaram também, mesmo que indiretamente, a recente pesquisa de Nascimento (2012), pois ao tratar abordagens do princípio da proveniência, a autora pontua que estas “carregam em si características relacionadas à organicidade do arquivo.” (NASCIMENTO, 2012, p. 57).

Anteriormente, citamos Sousa (2003, p. 242) para explicitar que a ordem original não é “ponto pacífico” na Arquivologia. De fato, podemos constatar, ao analisar as definições dos princípios, que alguns autores a consideram como um princípio isolado enquanto outros a compreendem como desdobramento do princípio da proveniência.

Para problematizar as abordagens a respeito da ordem original é preciso compreender que não existe um consenso na área que a classifique como característica ou princípio. Como a ordem original aparece direta ou indiretamente ligada ao princípio da proveniência, optamos por trazer à tona algumas abordagens sobre o tema. Diante desse panorama, elaboramos o Quadro 8 com o objetivo de demonstrar como os teóricos selecionados para esta pesquisa a consideram.

Quadro 8 – Abordagens a respeito da ordem original.

Ano	Autor	Abordagem da Ordem Original
1977	DUCHEIN	Considera a ordem original como princípio de respeito à estrutura dos fundos.
1996	MARTÍN-POZUELO	Considera o respeito à ordem natural dos documentos como uma extensão do respeito aos fundos, sendo ambos postulados do princípio da proveniência.
1998	ROUSSEAU/COUTURE	Segundo grau do princípio da proveniência. Reconstituição da ordem interna do fundo.
2005	BELLOTTO	É um desdobramento do princípio da proveniência. Respeito à ordem original é também chamado de Princípio da Santidade. (A autora se baseia em CARROLL, 1975).
2009	TANODI	Explica que dentro da ordenação existem várias sistemáticas de como ordenar os documentos desde o momento de sua produção, ou seja, desde sua origem, e tal ordenação é chamada ordem original. O autor não explicita se a considera um princípio.

Fonte: o autor, baseada em BELLOTTO (2005), MARTÍN-POZUELO (1996), DUCHEIN (1977), HEREDIA (2003), ROUSSEAU; COUTURE (1998) e TANODI (2009).

Ao analisarmos as abordagens apresentadas no Quadro 8, optamos, para fins dessa pesquisa, em considerar a ordem original como um desdobramento (ou segundo grau) do princípio da proveniência. Uma vez que a maioria dos autores consubstancia essa idéia, principalmente a partir dos graus do princípio da proveniência.

Há um primeiro grau do princípio da proveniência que permite isolar e circunscrever a entidade que constitui um fundo de arquivo no que diz respeito ao modo como este se distingue de qualquer outro. Além disso, há

um segundo grau que visa o respeito ou a reconstituição da ordem interna do fundo. (ROUSSEAU;COUTURE, 1998, p. 83).

Martín-Pozuelo (1996), corrobora com Duchein (1977) e elucida, ainda, que grande parte dos autores concorda que existe um valor duplo para o princípio da proveniência. Para a autora o princípio é fundamentado em duas premissas básicas: o respeito à origem dos fundos e o respeito à estrutura dos fundos. A primeira, consiste em não mesclar documentos de proveniências distintas e a segunda, no respeito a classificação feita pelo órgão de origem do documento, que deve refletir a organização interna da instituição (MARTÍN-POZUELO, 1996, p. 24).

Bellotto (2005) menciona o princípio de respeito à santidade e indica que após os estudos de Luciana Duranti este princípio é entendido com maior clareza, pois antes compreendia-se que o arquivista não deveria intervir na ordem original dos arquivos. Contudo, esta santidade não seria alusiva à ordem física dos documentos e sim à organicidade. (BELLOTTO, 2005, p. 131). A autora pontua a organicidade como princípio, mas no momento em que a define, a classifica como qualidade.

Princípio da organicidade: as relações administrativas orgânicas refletem-se nos conjuntos documentais. Organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas. (BELLOTTO, 2002, p. 22).

Inferimos que essa ausência de convergência conceitual ocorre, principalmente, porque não existe uma dinâmica de reflexões na Arquivologia sobre sua teoria. Destacamos, dessa forma, a pesquisa²³ realizada recentemente, pela jovem pesquisadora Ana Márcia Lutterbach Rodrigues, onde a autora compreende que

não há incoerência em tratar as proposições que definem “arquivo” ou seus documentos, ora como características ou qualidades e ora como princípios. Ao contrário, elas são de fato fundamentos da arquivologia, são também seus princípios. (RODRIGUES, 2004, p. 20).

A autora identifica que não existe problema em tratar os fundamentos da Arquivologia, como qualidade, característica ou princípios. Contudo, identificamos que essa ausência de

²³ A autora realizou sua pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais e foi orientada pela Profa. Dra. Vilma Moreira dos Santos.

delimitação, justamente no fundamento de uma disciplina, é um dos fatores que pode vir a dificultar o desenvolvimento da Arquivologia, uma vez que torna-se desejável que conceitos básicos desfrutem de consenso. Ressaltamos que Bellotto (2005) é uma das pioneiras em fazer esse tipo de reflexão no Brasil. Mesmo que tal reflexão demonstre essa ausência de convergência, é importante que ela, ao menos, seja realizada.

Tanodi (2009) considera a ordem original somente como a classificação recebida pela documentação no órgão que a produziu ou recebeu. Não indica graus para o princípio da proveniência, porém, explicita sua relação com a organicidade.

Os documentos de arquivo são produtos da organização administrativa de uma entidade, sendo esta entidade comparável a um organismo. **Por conseguinte, toda a documentação, em seu conjunto, apresenta uma unidade de proveniência, relacionada entre si pelo vínculo de organicidade,** ao refletir as funções e procedimentos de atividades dos órgãos que formam sua estrutura. (TANODI, 2009, p. 176, tradução nossa. grifo nosso).

Dos teóricos consultados para esta pesquisa, somente Bellotto (2005) e Tanodi (2009) explicitaram o que consideram organicidade. Tanodi (2009), por sua vez, a relaciona diretamente com o princípio da proveniência, enquanto Bellotto (2005) a considera uma qualidade (apesar de também admiti-la como princípio arquivístico).

A ordem original pode ser considerada a fim de se compreender e restabelecer, quando necessário, a organicidade de um conjunto de documentos. Entretanto, se a mesma caracterizar-se um caos, o arquivista deve intervir. Cabe ressaltar que esta intervenção não pode mascarar o tratamento anteriormente recebido pelo arquivo. Dessa forma, o arquivista deve configurar uma “ordem” ao caos, a fim de prover o acesso e, ainda, documentar os critérios que utilizou para realizar essa nova ordenação dos documentos. Apesar de não serem sinônimas, não podemos pensar em manutenção da organicidade sem considerarmos a ordem original e, conseqüentemente, o princípio da proveniência.

Já compreendemos o surgimento, a consolidação, as críticas ao princípio da proveniência e as abordagens de alguns teóricos. Conforme o proposto, apresentamos a seguir, as definições do princípio da proveniência advindas dos manuais arquivísticos selecionados para esta pesquisa.

3.2 A PROVENIÊNCIA E A ORGANICIDADE NA PRÁTICA: OS MANUAIS ARQUIVÍSTICOS

De acordo com os objetivos propostos, após delimitarmos o campo teórico que sustenta nossos questionamentos, apresentamos nesta subseção as definições a respeito do princípio da proveniência presentes nos manuais arquivísticos selecionados para esta pesquisa.

Como metodologia para seleção dos manuais, inicialmente utilizamos o levantamento realizado por Aline Lopes de Lacerda para elaboração da sua tese. Lacerda (2008) seleciona nove manuais, cujo

limite cronológico inicial do recorte remonta ao final do século XIX com o trabalho que se tornaria o pilar do conhecimento teórico e metodológico arquivístico, o manual da Associação dos Arquivistas Holandeses. A opção por analisar os manuais [...] justifica-se por os considerarmos fórum privilegiado de discussão e consolidação de um pensamento da disciplina. (LACERDA, 2008, p. 27).

A seleção elaborada por Lacerda (2008) teve como escopo principal a discussão sobre documento fotográfico, e nos apropriamos da seleção desenvolvida pela autora para suscitar o debate em torno da relação da organicidade com o princípio da proveniência. Ressaltamos que Lacerda (2008) optou por não incorporar ao grupo de manuais que selecionou os de origem italiana. Marques (2011) apresenta em sua tese de doutorado, quadros com os manuais arquivísticos identificados no desenvolvimento de sua pesquisa. Desse universo, escolhemos o manual “*Archivistica: principi e problemi*”, de Elio Lodolini, para complementar a nossa seleção, com intuito de utilizarmos alguma obra que espelhasse o pensamento arquivístico da escola italiana.

Nossa seleção de manuais contempla as realidades norte-americana, espanhola, francesa, inglesa, holandesa e italiana. Os manuais serão objeto de uma análise qualitativa que visa investigar a relação entre a organicidade e o princípio da proveniência, a partir da definição deste princípio. Além disso, apresentaremos o contexto de criação desses manuais, pois segundo Kuhn

[eles] referem-se a um corpo já articulado de problemas, dados e teorias, e muito frequentemente ao conjunto particular de paradigmas aceitos pela comunidade científica na época em que esses textos foram escritos. (KUHN, 2005, p. 176).

Dessa forma, a apresentação do contexto de criação dos manuais ocorre em virtude da necessidade de compreendermos a importância de cada um deles no cenário arquivístico mundial.

Na Arquivologia é notória a importância da publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses em 1898. Fonseca (2005) aponta alguns tópicos importantes para a consolidação da área a partir da publicação desse manual.

- inserção da Arquivologia na *episteme* da modernidade, especialmente na chamada “esfera política”;
- conseqüente importância das instituições arquivísticas para lidar com os problemas de uma administração pública que deve ser eficiente;
- subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, se a ideia de arquivo estiver clara, estará clara a ideia de arquivologia;
- tradição manualística da área, as suas limitações e as tentativas de generalizar o particular, favorecendo o império da norma. (FONSECA, 2005, p. 33, grifo do autor).

A partir das considerações de Fonseca (2005), podemos constatar que os manuais figuram como importante ferramenta para o alcance de um status científico da área. O Manual dos Arquivistas Holandeses pode ser considerado ícone para a consolidação da Arquivologia.

O fato que pode ser considerado um marco na evolução da Arquivística, por ter aberto uma nova era para a afirmação da disciplina, foi, sem dúvida, a publicação em 1898 do manual de Muller, Feith e Fruin [...]. Esta obra representa um grande avanço na teorização arquivística, pelo pensamento que lhe está subjacente e pelo caráter sistemático da sua apresentação. Aspectos que nos nossos dias são considerados essenciais, como o conceito de arquivo, a organização dos documentos, a descrição, os inventários, o uso de normas, etc. (SILVA et al, 2000, p. 115).

Na expectativa de haver uma consolidação dos princípios da área, observamos que a partir do século XIX ocorrem diversas iniciativas para a elaboração de manuais. Geralmente, essas iniciativas estão relacionadas às instituições arquivísticas. A partir da enunciação do princípio da proveniência, os manuais arquivísticos tiveram grande importância para a divulgação dos métodos utilizados pelos profissionais de arquivo, visto que eles padronizam

procedimentos e são importantes disseminadores das práticas arquivísticas.

Segundo Duchein (1993), no final do século XIX as técnicas relativas ao tratamento dos arquivos começam a criar um corpo teórico. Conseqüentemente, surgem os manuais arquivísticos que configuram, até os dias atuais, importantes espaços para a discussão da base teórica e metodológica da Arquivologia.

Logo, reapresentamos os manuais selecionados para a pesquisa, pois acreditamos que assim apresentaremos a linearidade do desenvolvimento do pensamento arquivístico.

- a) MULLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; 2.Ed. Arquivo Nacional, 1973 (Originalmente publicado em 1898);
- b) JENKINSON Hilary. **A Manual of archive administration**. A ressuie of the second edition. London: PercyLund, Humphries & Co. ltd., 1966 (Originalmente publicado em 1922);
- c) SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos**. Princípios e Técnicas. 6a.ed. RJ: Editora FGV, 2005 (Originalmente publicado em 1956);
- d) DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **Manuel d'Archivistique** : théorie et pratique des archives publiques en France. L'Association des Archivistes Français. Paris: Archives Nationales, 1991 (Originalmente publicado em 1970);
- e) LODOLINI, Elio. **Archivistica: principi e problemi**. 5.ed.ampl. Milano: Franco Angeli, 1990 (Originalmente publicado em 1984).
- f) DANIELS, Maygene F.; WALCH, Timothy (eds.). **A Modern Archives Reader: basic readings on archive theory and practice**. Washington, D.C.: National Archives and Records Service – U.S. General Services Administration, 1984;
- g) HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivistica General. Teoria y Pratica**. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la diputación de Sevilla. 1989;
- h) DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives Nationales, 1993; e
- i) JIMERSON, Randall C (ed.). **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: The Society of American Archivists, 2000.

A seguir apresentamos o contexto em que surgiu cada um dos manuais, além das definições a respeito do princípio da proveniência, objetivando identificar sua relação com a organicidade.

3.2.1 Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos

Logo no prefácio da edição que tivemos acesso, José Honório Rodrigues, na época diretor do Arquivo Nacional, reconhece a obra como “a mais séria publicação técnica sobre questões de classificações, arranjo e descrição arquivística, e conservava até hoje sua força original, não superada por nenhum trabalho posterior”.

No prefácio original, onde o leitor é avisado que se trata de um livro “enfadonho e meticuloso” e que os autores não reputaram “capital a questão de saber se a data há de ser impressa ou posta entre parênteses”, notamos a intenção de padronizar a forma de organização dos documentos com vistas à garantia do acesso com discussões que vão além de detalhes supérfluos. Além disso, há no prefácio um convite à discussão da área, pois os autores reconhecem que pode haver a discordância sobre suas regras e solicitam aos demais arquivistas que expressem essas discordâncias e as fundamente com intento de utilizá-las como base para uma possível revisão. O manual apresenta cem regras gerais para o tratamento dos arquivos e é dividido em seis capítulos.

O capítulo I trata da origem e composição dos arquivos e apresenta quatorze regras. Dentre as quais destacamos a primeira, em que temos um dos primeiros esforços para definição do objeto da Arquivologia.

1. Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13).

Notamos que além de haver a tentativa de definir o que é um arquivo, aparece também a noção de que este arquivo pode ser de uma organização ou de uma pessoa.

A segunda regra apresentada no manual nos remete, ainda que indiretamente, à organicidade: “2. Um arquivo é um todo orgânico.” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 18). Os autores explicitam que o arquivo “reflete sempre as funções do [...] órgão ou pessoa [que o originou]” e que se essas funções são modificadas, alteram-se também a natureza do arquivo. A constituição de um arquivo não é arbitrária como as coleções; o arquivo “possui por assim dizer personalidade própria” e o arquivista deve estudar a constituição desse

arquivo para que possa ordená-lo. Afinal, “não há como ordená-lo satisfatoriamente sem prévia análise da sua constituição.” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 18).

A quinta regra, que trata das transferências dos arquivos para um depósito geral, não indica o respeito ao princípio da proveniência no seu enunciado, contudo, existe uma preocupação em não se mesclar fundos de proveniências distintas quando os autores expressam que “é oportuno, pois, indicar claramente que não se quer dizer que os arquivos reunidos no repositório-geral devam ser fundidos num único arquivo. Ao contrário, há que se manter separado cada um deles [...]” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 22).

Na oitava regra, que aborda a separação dos vários arquivos colocados em um mesmo repositório e trata ainda das cópias dos documentos, os autores exemplificam o equívoco de se colocarem juntos documentos com o mesmo assunto, mas que pertenciam a arquivos de províncias distintas. A expressão “*respect des fonds*” aparece pela primeira vez no manual e é definida, em uma nota de rodapé, como “manutenção da integridade do arquivo”.

Na décima regra, explicitam que quando um arquivo está completo não se deve distribuí-lo por dois ou mais repositórios, os autores afirmam que “os vários documentos de um arquivo lançam luz uns sobre os outros.” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 31).

Na regra onze, que aborda a reintegração dos arquivos que foram desmembrados, sobre reintegrar ou não os documentos a um arquivo, os autores expressam que

[...] a dificuldade em solucionar a questão proposta reside no fato de que dois princípios distintos entram aqui em conflito: um deles afirma que todos os arquivos são os remanescentes e, portanto, a continuação de certas funções e de certos direitos, de forma que a divisão da última acarreta a dos primeiros; e o outro, que cada arquivo é um todo orgânico, que não pode ser desmembrado. De um modo geral, urge [que] prevaleça o segundo, e, se surgisse hoje um caso análogo, ninguém por certo desejaria que se fragmentasse o arquivo. Seria mister transferi-lo para um dos sucessores e torná-lo acessível à consulta dos demais. [...] Recomenda-se a reintegração das partes separadas. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 33-34, grifo nosso).

Os autores optaram sempre por manter o fundo de arquivo considerando as funções desempenhadas pelo órgão que o formou. Não há qualquer alusão direta à proveniência, mas podemos perceber a obediência a ela, inclusive no capítulo II, onde são explícitas vinte e duas regras a respeito do arranjo dos documentos de arquivo, dentre as quais destacamos a de número quinze, que explica que um arranjo deve ser sistemático. No texto explicativo dessa regra, os autores concluem que “pela desintegração dos numerosos dossiês, se destrói a

relação natural entre os documentos.” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 43, grifo nosso).

A regra dezesseis faz alusão à organização original do arquivo, a qual na sua essência corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu. Os arquivistas holandeses são pontuais ao considerar esta regra a mais importante de todas. E também consideram que é dela que derivam todas as outras, indicando que “só a ordenação sistemática de um arquivo, a qual se funde sobre sua antiga organização, conduz a resultados satisfatórios” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 46).

A organização original de um arquivo deve corresponder naturalmente, nas suas linhas principais, à antiga estrutura da entidade administrativa que o produziu. [...] A antiga organização não se formou arbitrariamente, não resultou do acaso, mas é a consequência lógica do modo por que se constituiu a unidade administrativa, [de] cujas funções o arquivo é o resultado. Esse órgão construiu, por assim dizer, o seu arquivo e, ao fazê-lo, tomou em consideração a sua própria constituição e necessidades. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 47).

Ou seja, a ordem original, compreendida aqui como a ordenação atribuída aos documentos de acordo com a estrutura orgânica da organização que os gerou, deve ser mantida quando esta apresentar relação direta com a estrutura dessa organização.

Ainda sobre a temática da ordem original, os arquivistas apresentam a regra dezessete, onde ressaltam que no arranjo do arquivo é urgente o restabelecimento, quanto for possível, da ordem original, pois somente dessa maneira é possível julgar se é conveniente ou não, adaptar o arranjo a ela.

Não repousa tal regra na obediência servil à antiga organização do arquivo, nem requer a restauração da ordem mais remota sob a alegação de que, em si mesma, não era suscetível de aperfeiçoamento. Admite, pelo contrário, a possibilidade de desvios ocasionais [em] respeito à ordenação antiga. [...], porém, [...] faz ressaltar o fato de que, via de regra, aquele arranjo se estabeleceu em consonância com os requisitos da organização passada e se acha a eles estreitamente vinculados. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 49-50).

Os arquivistas incentivam o restabelecimento da ordem original, pois mesmo que ela não figure um arranjo inteligível, servirá ao menos para compreensão da organização que gerou o arquivo.

Ocorre que, após restaurado o primeiro arranjo, se verifique, por fim, a impossibilidade de mantê-lo em vários pontos. Será mister, talvez, destruir de novo a ordem antiga, reconstituída, quem sabe, com grande esforço. Sem embargo, tal trabalho não se afigurará de todo inútil, pois não se concebe que nada haja a preservar da ordenação original. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 50).

Em complementação direta à regra anterior, a regra dezoito indica que a ordenação original de um arquivo pode ser alterada com o objetivo de corrigir divergências em relação à estrutura geral do mesmo. Os autores exemplificam, no texto explicativo da regra, uma situação em que o arquivista deve intervir.

No caso, por exemplo, de um arquivo judicial, onde se formaram séries ou maços separados de minutas originais para as escrituras de transferência de propriedade e para as de hipoteca, e uma das hipotecas foi erroneamente arquivada entre as citadas escrituras, cumpre ao arquivista retificar o desacerto. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 51).

Ainda no texto explicativo da regra dezoito, os arquivistas holandeses dizem ser lícito que o arquivista faça quantas modificações forem necessárias, desde que mencione “isso no inventário ou na introdução deste e [...] [apresentem] a conveniente justificativa.” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 52).

O capítulo III do manual versa sobre a descrição de documentos no arquivo e apresenta doze regras, dentre as quais destacamos a de número trinta e oito. Na regra é preconizado que antes de descrever “um volume ou um amarrado cumpre conceber-se claramente a ideia dominante que presidiu à sua formação” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 80). Sobre compreender as relações entre documentos e o seu contexto de criação para descrevê-los, os autores ressaltam que

uma ideia dominante e definida presidiu sempre à formação do volume
[...] caso o arquivista pretenda descrever adequadamente a peça de arquivo em questão, deve compreendê-la. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 80, grifo nosso).

O capítulo IV trata da estrutura do inventário e apresenta vinte regras. A regra de número cinquenta enuncia que “o inventário do arquivo deve ser ordenado em conformidade com a organização geral do arquivo.” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 99).

Cumpre-nos, portanto, asseverar que também a ordem do inventário [...] há de obedecer a organização original do arquivo, e, depois do que ficou exposto é óbvio que se achará em harmonia, outrossim. Com a estrutura geral do órgão administrativo que produziu o referido arquivo. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 99-100).

Dessa forma, mais uma vez podemos perceber que a ordem original dos arquivos é considerada não só na etapa de organização dos documentos, mas também na confecção de seu inventário.

Outra regra que faz alusão à relação que existe entre os documentos é a de número sessenta e três. Nela os arquivistas atentam para que nunca sejam incluídas no inventário cópias modernas, pois é errado preencher as lacunas do arquivo (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 117).

O arquivo é um todo orgânico, que se veio criando durante certo período de tempo e não algo feito mais tarde, em determinada data fixa. Ao se preencherem as lacunas com cópias modernas de documentos, que talvez lhe pertencessem, produz-se compilação que não foi originada organicamente, mas, sim, reunida de maneira artificial. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 117, grifo dos autores).

Nessa passagem podemos perceber, mais uma vez, a importância que é dada ao caráter orgânico nas etapas de tratamento dos arquivos.

Os capítulos V e VI do manual preceituam, respectivamente, normas adicionais para a descrição do arquivo e uso convencional de certos termos e sinais, nada acrescentam a discussão referente à organicidade apresentada como cerne desta pesquisa.

O que podemos verificar com a análise deste manual é que ele não apresenta definição direta do princípio da proveniência, mas reconhece o “*respect des fonds*” como uma forma de garantir a “manutenção da integridade do arquivo”. Ao analisar o texto do manual, compreendemos que a integridade do arquivo está diretamente relacionada à organicidade.

Os autores não citam diretamente a organicidade, mas por diversas vezes utilizam palavras com o mesmo radical – órgão, organicamente, organização, organismo, orgânico – para fazer alusão aos documentos de um arquivo e sua caracterização.

A ordem original tem relação direta com a manutenção da organicidade. A manutenção da ordem original, por sua vez, é entendida pelos autores como a ordenação atribuída ao arquivo pelo seu produtor e essa ordenação obedeceria a uma lógica orgânica.

Cabe ao arquivista identificar essa lógica com vistas a analisá-la, para que enfim possa definir se é conveniente segui-la, ou não, a fim de promover o acesso aos documentos.

3.2.2 Manual of Archive Administration

O manual publicado em 1922 é de autoria do arquivista inglês Hilary Jenkinson que, já tinha longa experiência em arquivos quando publicou o manual, tanto que é considerado um dos expoentes do pensamento arquivístico do século XIX.. O ano de 1922 ainda sofria com os reflexos da guerra. O período entre 1914 e 1918 compreendeu a Primeira Guerra Mundial que, dentre outros fatores, alterou de forma significativa a administração pública e, conseqüentemente, a produção de documentos (FONSECA, 2005, p. 44-45).

No prefácio do manual notamos uma alusão à vocação histórica do arquivando o autor elucida que “sem documentos, não pode haver história” (JENKINSON, 1966, p. VII, tradução nossa).

Além disso, também é expresso o objetivo principal do manual, que se constitui em “apresentar um esquema de gestão de arquivos da guerra com algumas reflexões especiais a respeito dos arquivos no futuro [...]” (JENKINSON, 1966, p. XI, tradução nossa).

O manual é apresentado em cinco partes: Introdução; Origem e Desenvolvimento dos Arquivos e Regras para Preservação de Arquivos; Arquivos Modernos; Produção de Arquivos; e Arquivos da Guerra.

A perspectiva de Jenkinson é bastante voltada para a administração, por isso, o autor define documento arquivístico como:

aquele que foi elaborado ou utilizado no curso de uma **operação administrativa ou executiva** (pública ou privada) de que se formou uma parte; e posteriormente preservado em sua própria custódia para a sua própria informação pela pessoa ou pessoas responsáveis por essa operação e seus sucessores legítimos. (JENKINSON, 1966, p. 11, tradução nossa, grifo nosso).

O autor também nos apresenta a imparcialidade e a autenticidade como características dos documentos de arquivo. Documentos são imparciais, pois são

produzidos por propósitos infinitamente variados – o controle administrativo ou executivo de todas as espécies de empreendimentos humanos – [os

documentos arquivísticos] são potencialmente úteis para pesquisadores pela informação que podem fornecer a respeito de uma série de assuntos totalmente variados, mas igualmente extensos: a única afirmação segura de fato, sobre pesquisas as quais documentos arquivísticos podem servir, é que, com uma exceção parcial, os propósitos contemplados não serão os pretendidos pelas pessoas que os produziram e os preservaram. [...] É previsto, então, que o pesquisador entenda seu significado administrativo, [já que] os documentos não podem lhe dizer nada mais que a verdade. A imparcialidade é uma qualidade que resulta da primeira parte da nossa definição de documento arquivístico. (JENKINSON, 1966, p. 12, tradução nossa).

Além disso, segundo o autor, o fato de documentos serem “preservados sob custódia oficial e apenas para informação oficial [...]” os qualifica como autênticos (JENKINSON, 1966, p. 12, tradução nossa). A partir da configuração da administração pública inglesa, o autor conclui que o conceito de fundo não era suficiente e o define como:

a unidade de arquivo [...] e a base para todas as regras de ordenação. O mais importante de todos os princípios de gestão de arquivos [o respeito aos fundos] é nomeado a partir dele. (JENKINSON, 1966, p. 84, tradução nossa).

Jenkinson (1966, p. 84, tradução nossa) tece uma crítica à definição de arquivo apresentada pelo Manual dos Arquivistas Holandeses e, em contrapartida, propõe o conceito de *archive group*, que seria o conjunto de “arquivos resultantes da administração”. O *archive group* configura um “todo orgânico, completo em si mesmo”, com capacidade suficiente para refletir o assunto, de forma que isso independa de uma autoridade produtora. Segundo o autor, o *archive group* é muito mais amplo que a divisão definida a partir do fundo de arquivo (JENKINSON, 1966, p. 84, tradução nossa).

Jenkinson afirma que o princípio de respeito aos fundos não é passível de alteração, ainda que ele considere o *archive group*, “o princípio de respeito aos fundos, continua a ser, intocado [...]” (JENKINSON, 1966, p. 85, tradução nossa). O princípio da proveniência é enunciado com base no Manual dos Arquivistas Holandeses, contudo, não obtivemos retorno na nossa busca sobre a organicidade.

No manual, Jenkinson constata a necessidade de haver a seleção de documentos, entendida por nós como avaliação. O autor indica que, na avaliação, é preciso que se mantenha o caráter orgânico dos arquivos.

Uma nova redução das quantidades a ser preservada pode possivelmente basear-se no estabelecimento de uma conexão entre as cadeias

administrativas, do grau mais elevado ao mais baixo [...] e no tratamento de todos os arquivos [...], público e privado, **como um todo orgânico**. (JENKINSON, 1966, p. 177, tradução nossa, grifo nosso).

No tocante ao princípio da proveniência e de suas relações com a organicidade, não constatamos nenhuma alusão direta feita pelo autor. Porém, podemos verificar, com a análise deste manual, que Jenkinson é pioneiro ao reconhecer a problemática advinda do crescimento do volume de documentos. Dessa forma, revela-se a necessidade de avaliá-los. Todavia, segundo o autor, o arquivista não tem responsabilidade sobre a escolha do que será preservado. Jenkinson (1966) considera que o administrador deveria pensar a avaliação, uma vez que o arquivista deve se manter “neutro” e “imparcial”.

3.2.3 Arquivos Modernos: princípios e técnicas

Inicialmente, Schellenberg (2005) define os arquivos como instituição, e explicita sua importância e as razões do surgimento dos Arquivos Nacionais. Na sequência, explana sobre os documentos e arquivos definindo, dessa forma, o objeto da Arquivologia. Cabe ressaltar a observação do autor que expõe que

a palavra arquivo será empregada [...] para designar a instituição (*archives institution*), enquanto a expressão material de arquivo ou simplesmente arquivos (*archives*) será usada para indicar o material que é objeto da instituição. (SCHELLENBERG, 2005, p. 36).

O autor especifica arquivo como documentos “criados e acumulados na consecução de algum objetivo” e ainda faz menção aos valores dos documentos, uma vez que “para que os documentos sejam arquivados [eles] devem ser preservados por razões outras que não apenas aquelas para as quais foram criados ou acumulados.” (SCHELLENBERG, 2005, p. 37).

Após uma série de reflexões, sustentadas pela análise de outros manuais²⁴, Schellenberg (2005) define documentos como:

²⁴ O autor utiliza o Manual dos Arquivistas Holandeses, do inglês Hilary Jenkinson, do italiano Casanova e do alemão Adolf Brenneke para fundamentar suas reflexões.

os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente [...] para serem arquivos, os documentos devem ter sido produzidos ou acumulados na consecução de um determinado objetivo e **possuir valor para fins outros que não aqueles para os quais foram produzidos ou acumulados**. (SCHELLENBERG, 2005, p. 41, grifo nosso).

Sobre os documentos oriundos de um órgão de um governo, o autor pontua que

[eles] devem ser guardados, tanto quanto possível, sob o arranjo que lhes foi dado pelo órgão no curso de suas atividades oficiais [...] o valor de prova para o arquivista moderno baseia-se na maneira pela qual foram os documentos mantidos na repartição do governo, de como passaram à custódia do arquivo. (SCHELLENBERG, 2005, p. 40).

Mais uma vez, ainda que indiretamente expressa no trecho, identificamos a ideia de ordem original apresentada pelos teóricos, ou seja, manutenção do tratamento recebido pelos documentos em seu órgão de origem quando este configurar uma lógica. No capítulo 7, o autor discorre sobre os princípios da classificação e julgamos oportuno trazer para discussão os apontamentos que, em nosso entendimento, subsidiam a relação entre a classificação e organicidade.

[os planos de classificação] refletirão a função do órgão, no amplo sentido do termo, e, no sentido mais restrito, as operações específicas individuais que integram as atividades do mesmo órgão. Se os documentos são classificados de modo a refletir a organização e a função, podem ser dispostos em relação a elas [...]. Se a classificação dos documentos visa refletir a organização, pode-se removê-lo para uma destinação adequada [...] E se, além, disso, são classificados pela função – separando-se a função substantiva da auxiliar, a política da executiva, ou, em geral, distinguindo-se a documentação importante da secundária – então o método de classificação proporciona as bases para a preservação e destruição, seletivamente, dos documentos depois que hajam servido aos objetivos das atividades correntes. (SCHELLENBERG, 2005, p. 84).

No capítulo 11, o autor apresenta o que compreende por princípio da proveniência.

Segundo esse princípio os arquivos devem ser arranjados de tal maneira que **a organização e funções que os produziram neles se reflitam**, unidade administrativa por unidade, subunidade por subunidade e série por série de documentos. Esse princípio de arranjo somente pode ser seguido se uma análise perfeita dos documentos houver sido feita. (SCHELLENBERG, 2005, p. 161, grifo nosso).

Notamos que a premissa de que os documentos devem estar arranjados de modo a refletir a “organização e as funções”, estabelece relação com a organicidade. Nesse sentido, também podemos identificar que a classificação é a principal responsável pela promoção do acesso aos documentos e, por conseguinte, sua correta destinação. Schellenberg (2005) também define os valores dos documentos (primário e secundário).

Os valores inerentes aos documentos públicos modernos são de duas categorias: valores primários, para a própria entidade onde se originam os documentos, e valores secundários, para outras entidades e utilizadores privados. Os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado – administrativos, fiscais, legais e executivos. Esses usos são, é lógico, de primeira importância. Mas os documentos oficiais são preservados em arquivos por apresentarem valores que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e porque seus valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais. (SCHELLENBERG, 2005, p. 180).

A valoração dos documentos é essencial para que se proceda à avaliação, pois é a partir do julgamento de valor que se determina a manutenção ou o descarte dos mesmos. A necessidade de eliminar documentos é premente em uma administração pública que cada vez mais cumpre funções e produz expedientes para tal.

No manual é possível identificar que o autor diferencia o arquivista, que seria o profissional responsável por tratar os documentos permanentes, do encarregado dos documentos, que seria o profissional responsável pela gestão dos documentos. Essa diferenciação é reflexo da escola arquivística estadunidense, onde há a diferenciação desse profissional, algo que não ocorre no Brasil. Explicitada essa particularidade, indicamos que o autor considera que o arquivista arranja os documentos conforme “**certos princípios básicos da arquivística** e não segundo qualquer classificação predeterminada ou esquema de arquivamento.” (SCHELLENBERG, 2005, p. 239, grifo nosso).

O autor apresenta os princípios para arranjo dos arquivos, no capítulo 14, considerando as realidades francesa, prussiana, holandesa, inglesa e estadunidense. Apresenta, em seguida, o *record group* – termo utilizado nos Estados Unidos para designar unidades documentais. Os norte-americanos reconheceram o princípio da proveniência, contudo, no momento de aplicá-lo no “imenso volume de documentos que passaram à custódia do *National Archives*”²⁵ foi necessário que este volume fosse dividido em unidades para fins de

²⁵ *National Archives and Records Service: Arquivo Nacional e Serviço de Documentação.*

permitir seu manuseio, arranjo, descrição etc. (SCHELLENBERG, 2005, p. 253). A essa divisão os norte americanos chamam *record group*. A definição de *record group* apresentada pelo autor é a mesma divulgada por um memorando do *National Archives*.

[*Record group* é] uma grande unidade arquivística estabelecida de modo um tanto arbitrário, considerando-se devidamente o princípio da proveniência e o desejo de se dar à unidade de um tamanho e caráter convenientes para os trabalhos de arranjo, descrição e publicação de inventários. (NATIONAL ARCHIVES apud SCHELLENBERG, 2005, p. 254).

A justificativa dos americanos para não adotarem a perspectiva do fundo arquivístico, ou ainda, do *archives group* reside no fato deles compreenderem que essas divisões não atendem aos documentos “vivos”. Segundo o autor “a maioria dos *record groups* contém diversos subgrupos estabelecidos, em geral, tomando-se por base as origens organizacionais e funcionais dos mesmos” (SCHELLENBERG, 2005, p. 255).

Ao interpretar o que é enunciado no manual compreendemos documentos vivos como os documentos arquivísticos que se encontram na fase corrente. O critério para separação de documentos em *record groups* foi por assunto – por exemplo: defesa, indústria ou recursos naturais – e as relações estabelecidas entre os assuntos foi pautada nas funções gerais dos órgãos que produziram os documentos (SCHELLENBERG, 2005, p. 255).

O autor considera duas possibilidades de arranjo: por função ou por organização. Afirma que é preferível que o arranjo seja elaborado a partir da organização, contudo, reconhece que quando os documentos forem arranjados por função é preciso que este arranjo reflita a “evolução das organizações governamentais que executaram as mesmas funções.” (SCHELLENBERG, 2005, p. 257). Destaca, ainda, que os grupos de documentos devem se manter como unidades integrais, sem que os documentos de um grupo sejam mesclados com os de outro grupo. O autor explica que para os documentos de uma entidade administrativa constituir um grupo, essa entidade deve produzir documentos que “possam ser prontamente distinguidos de outros grupos de documentos, considerando-se a relação desses para com a função.” (SCHELLENBERG, 2005, p. 261).

Dessa forma, constatamos que os documentos são o produto das atividades de uma entidade e, ainda, precisam se relacionar entre si, pois compõe o mesmo organismo que garante a “vida administrativa” da entidade.

[...] os documentos preservados pelo testemunho que contém da organização e da função devem ser mantidos na ordem que lhes foi atribuída pelos órgãos

que os criaram, mantiveram ou acumularam [...] Dar novo arranjo, de acordo com algum plano arbitrário, a documentos que já estejam em ordem, ou parcialmente ordenados, seria um extravagante desperdício de tempo (SCHELLENBERG, 2005, p. 263).

A ordem original aparece mais uma vez, mas Schellenberg indica que a mesma deve ser considerada com ressalvas, pois

[...] o arranjo original deve ser preservado se reflete o uso feito dos documentos quando correntes, mas novos arranjos artificiais que visam servir a outros fins que não são os correntes só devem ser preservados no arquivo de custódia permanente se atendem às necessidades arquivísticas. (SCHELLENBERG, 2005, p. 263).

Logo, a ordem original deve ser considerada quando o arranjo dos documentos refletir as atividades e funções da entidade que os produziu.

O que verificamos com a análise deste manual é que Schellenberg pode ser considerado como o teórico precursor da Arquivologia no que tange a pensar, de forma mais detalhada, a avaliação de documentos. Os Estados Unidos da América tiveram um considerável aumento no volume de produção de documentos devido à crise de 1929 e também à Segunda Guerra Mundial. Além disso, é a partir desse momento que a responsabilidade sobre a racionalização dos documentos é passada ao arquivista.

O autor não chega a explicitar o que entende por organicidade, mas pontua por diversas vezes que os documentos devem refletir as atividades da organização e apresentar relações entre si. Na definição de princípio da proveniência apresentada pelo autor, destacamos o trecho “os arquivos devem ser arranjados de tal maneira que a organização e funções que os produziram neles se reflitam” (SCHELLENBERG, 2005, p. 161), ou seja, para constituir um *record group*, devemos considerar as relações estabelecidas entre as atividades da entidade e os documentos, além das próprias relações entre estes documentos.

3.2.4 Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France

O manual apresenta um panorama da Arquivologia na França, desde a Lei 7 Messidor até o surgimento de suas instituições arquivísticas: Arquivo Nacional, Arquivos Departamentais, Comuns e hospitalares. Além disso, são enfatizados os trabalhos oriundos da *École des Chartes* e a circulação da Revista *Gazette des Archives*. Em sua apresentação

notamos que são admitidos que existem diversos estudos franceses envolvendo a temática arquivística, porém a França não tinha até então publicação equivalente aos já consagrados: Manual dos Arquivistas Holandeses (1898), Manual of Archive Administration, do britânico Hilary Jenkinson (1922) e o Manual de Arquivística do italiano Eugenio Casanova (1928). Tendo em vista essa lacuna, havia a necessidade de se produzir um manual que pudesse evidenciar as características inerentes à arquivologia desenvolvida na França.

O manual reúne artigos de arquivistas e demais profissionais do *Archives Nationales* e é estruturado em quatro partes, totalizando treze capítulos, além de três complementos. O Manual encontra-se dividido da seguinte forma:

Introdução:

1. Definições gerais e os problemas jurídicos dos arquivos
 - Temáticas voltadas à noção de arquivo, de documentos públicos e princípios do direito relacionados aos arquivos;

2. Os Arquivos Franceses: organização, legislação e evolução
 - Organização dos arquivos na França e os serviços arquivísticos (estrutura organizacional e aparelho legal – normas, procedimentos e regulamentações)

Após subdivide-se em quatro partes:

1ª parte – Arquivística geral (6 capítulos).

- Aspectos ligados à formação dos arquivos, como o pré-arquivo, os campos de intervenção dos arquivistas nos arquivos. Forma de entrada de documentos em arquivos; classificação; triagem e eliminação (avaliação, seleção e destinação dos documentos); instrumentos de pesquisa; as pesquisas; comunicação e acesso às cópias (reprodução de documentos).

2ª parte – Arquivística especial (2 capítulos).

- Problemas específicos de algumas categorias de fundos dos arquivos comunais, departamentais, notariais, hospitalares, privados, eclesiásticos, pessoais.
- Problemas específicos de algumas categorias de documentos (iconográficos, audiovisuais, fílmicos, fotográficos).

3ª parte – Conservação dos documentos (2 capítulos).

- Aspectos ligados à construção e instalação de edifícios para arquivos, espaços de trabalho e de pesquisa, aquisição de mobiliário específico e acesso.
- Tratamento e restauração de documentos danificados.

4ª parte – Desenvolvimento científico, cultural e administrativo dos arquivos (3 capítulos).

- Os arquivos e sua relação com a vida científica.
- Ação educativa e cultural dos arquivos.
- Os arquivos e a documentação administrativa.

E por fim, em três complementos:

- 1 – Os quadros de classificação regulamentares dos arquivos departamentais e comunais: plano piloto;
- 2 – Regulamentações particulares relativas aos documentos de pagamentos (financeiro) dos arquivos departamentais; e
- 3 – O quadro de classificação dos arquivos departamentais e seus problemas.

Concluimos que esse manual não apresenta assuntos que evidenciam o princípio da proveniência e a organicidade, não trazendo, portanto, contribuições relevantes para nosso estudo.

3.2.5 Archivística: principi e problemi.

Elio Lodolini publica o “Archivística: principi e problemi” em 1984, cuja introdução esclarece que o manual é dedicado à teoria arquivística e, por isso, temáticas sobre preservação, conservação, restauração, material e microfilmagem de documentos não são contempladas. Além disso, esclarece que as citações alusivas à história dos arquivos somente ocorreram quando se mostrou indispensável que as fizesse.

Ao delimitar o objeto da Arquivologia, o autor pontua que

nem todos os escritos têm características documentárias e nem todos os documentos constituem arquivo. Porque para se falar de “documento” [...], o escrito deve ser produzido no decurso da atividade que podemos indicar

como uma tarefa administrativa, no sentido mais amplo do termo (LODOLINI, 1990, p. 13-14, tradução nossa).

Podemos notar a intenção do autor de esclarecer ao leitor que os documentos são fruto do desenvolvimento de atividades administrativas e que os arquivos

surgem espontaneamente como sedimentação documentária de uma atividade prática, administrativa ou jurídica. É, dessa forma, um complexo de documentos, relacionados mutuamente por uma ligação original. (LODOLINI, 1990, p. 14, tradução nossa).

O autor ainda acrescenta que o documento arquivístico “não é uma soma de documentos, mas um corpo que nasce [...] espontaneamente - diríamos involuntariamente - durante o decurso da atividade administrativa.” (LODOLINI, 1990, p. 175, tradução nossa).

Essa ligação original, ou vínculo, entre os documentos é o que caracteriza um arquivo e o individualiza de maneira determinante. Dessa forma, o autor explica que o único método de classificar um arquivo é através da restauração da ordem original entre os documentos, ou seja, o arquivista deve compreender o significado dos documentos na época de sua produção, e o que eles são capazes de refletir do modo de trabalho da instituição que os produziu (LODOLINI, 1990, p. 133, tradução nossa).

Segundo o autor, qualquer método que não seja baseado na recuperação da ordem original se configura como subjetivo e acrescenta:

A reconstituição da ordem original, no entanto, tem um caráter objetivo; qualquer arquivista que a aplique em um arquivo terá sempre o mesmo resultado. Se o fundo for colocado em desordem por dez ou cem vezes, e reorganizado por arquivistas diferentes, o resultado final deve sempre ser o mesmo (LODOLINI, 1990, p. 134, tradução nossa).

Lodolini (1990, p. 134, tradução nossa) denomina esse princípio de classificação dos fundos como método histórico, porém reconhece que esta denominação pode vir a causar estranheza aos arquivistas e diz que é preferível denominar tal princípio como reconstituição da ordem original dos documentos.

Após apresentar o método histórico, o autor reconhece as diversas abordagens do princípio da proveniência e do princípio do respeito à ordem original, e inclusive, faz alusão aos autores que consideram a ordem original como parte do princípio da proveniência e também aos que a consideram um princípio independente.

[...] o que é importante enfatizar, além da terminologia diferente, é a existência, em todas as línguas, de um princípio de ordenação de arquivos que postula a manutenção, ou melhor a reconstituição, da ordem dada aos documentos pelo seu produtor no exato momento de seu nascimento. (LODOLINI, 1990, p. 137, tradução nossa).

Devido às influências Iluministas, o princípio que determinava a seleção dos documentos era baseado em assuntos, de maneira enciclopédica. Em contraposição a esta metodologia de ordenação dos documentos, ocorre a afirmação do princípio de respeito à ordem original, mesmo que este tenha diversos nomes em diferentes países (LODOLINI, 1990, p. 165, tradução nossa).

Para Lodolini (1990, p. 142, tradução nossa) “o arquivo deve ser esclarecido e não simplesmente reordenado”, pois o arquivo “reflete a instituição que o produziu”. O trabalho de identificar as ligações entre os documentos é complexo e implica

no conhecimento da estrutura, métodos operacionais, procedimentos e variações relacionadas com esses elementos, de cada agência ou escritório produtor de documentos e, conseqüentemente, do sistema adotado pelos produtores para organizar seus documentos. (LODOLINI, 1990, p. 142, tradução nossa).

Ainda sobre o desafio de se aplicar o método proposto por Lodolini e sua relação com o princípio da proveniência, o autor conclui que

existem muitos métodos de ordenação de arquivos. Mas há, em contrapartida, apenas duas situações: ou uma ordenação baseada no conteúdo dos documentos (lugar, data, pessoa), a qual os alemães chamam de princípio de relevância; ou uma ordenação baseada na proveniência, na estrutura orgânica, ou seja, segundo o princípio da proveniência ou método histórico (LODOLINI, 1990, p. 151, tradução nossa).

A tarefa de restabelecer a ordem original é reconhecida como de grande dificuldade pelo autor, que compara o arquivista ao arqueólogo, visto que/ ambos procuraram reconstituir uma dada realidade a partir de vestígios. O autor explica que

[com o] desaparecimento dos fatores-chave, já não é possível determinar com absoluta precisão qual foi a ordem original os documentos. Haverá, portanto, nesses casos, alguns pontos de dúvida, que o instrumento de pesquisa deve sempre indicar (LODOLINI, 1990, p. 152, tradução nossa).

Interpretamos a citação acima como um avanço frente à neutralidade, já que o autor orienta o arquivista a informar que não interviu para restabelecer parte da ordem original por ausência de fatores-chave. Ainda sobre a ordem original, podemos perceber que o autor faz menção direta à organicidade.

O arquivista que ordena o arquivo e, por consequência, o usuário que o utiliza para os próprios estudos, deve buscar [...] não os assuntos, mas as instituições. [...] Em outras palavras, na reconstituição da ordem original, objetivo “arquivístico” do complexo documentário, ou se modifica aquela ordem, ou se dispõe os documentos de qualquer outro modo, subjetivo, “antiarquivístico”; neste caso, porém, **destruir-se-á a organicidade do arquivo**, que deixará de ser o que é para transforma-se em uma simples coleção de documentos. (LODOLINI, 1990, p. 151-152, tradução nossa, grifo nosso).

No manual de Elio Lodolini pudemos perceber que o autor enfatiza a discussão da teoria e propõe o método histórico, ou princípio de respeito à ordem original. O papel do arquivista no tratamento do arquivo é reconstituir a ordenação que os documentos tinham. Não indica que o arquivista pode interferir nessa reconstituição de maneira subjetiva; ao contrário, exalta que somente ao evidenciar a ordem original é que teremos acesso aos documentos, sem que os mesmos estejam sujeitos a ordenações subjetivas. De acordo com o pensamento do autor, caso a ordem original não seja restabelecida, o arquivista não deve intervir, somente deverá indicar nos instrumentos de pesquisa que não foi possível restabece-la por completo.

O autor reconhece o princípio da proveniência e indica que este princípio deve ser cuidadosamente observado na medida em que as instituições mudam, de forma que baseá-lo somente em organogramas pode comprometer a organização dos documentos. Há também que se observar o motivo pelo qual ocorreu a produção do documento e as funções da instituição.

A organicidade é tratada de forma explícita e é possível notar que a reconstituição da ordem original se relaciona com ela. As repetidas assertivas de Lodolini a respeito da manutenção da ordem original nos faz concluir que o autor acredita que o arquivista não interfere na organização dos documentos. No entanto, acreditamos que o arquivista pode interferir na ordenação original quando esta não estabelecer lógica. Neste caso, é desejável que tal interferência seja registrada nos instrumentos pertinentes.

3.2.6 A Modern Archives Reader: basic readings on archive theory and practice.

O manual organizado por Maygene Daniels e Thimothy Walch foi publicado pelo *National Archives and Records Service* dos Estados Unidos da América em 1984, por ocasião da comemoração do aniversário de cinquenta anos do *National Archives*, e também de trinta e nove anos do *Modern Archives Institute*²⁶.

A publicação tem por objetivo servir como ferramenta de ensino e, para tanto, reúne vinte e sete ensaios sobre gestão de documentos, destinados a oferecer um suporte teórico e prático básico aos estudantes do *Modern Archives Institute*. Os organizadores indicam que a publicação seja utilizada em conjunto com outras obras, todas norte americanas, dentre elas o manual de Schellenberg. Inclusive, é no ensaio do próprio Schellenberg, constante do manual, que identificamos que o autor considera as relações orgânicas dos documentos e vínculo com o princípio da proveniência.

O princípio da proveniência especifica que os documentos devem ser mantidos em unidades separadas correspondentes as suas origens em seus conjuntos orgânicos. Cada unidade deve ser tratada como uma unidade integral. Cada unidade deve ser mantida de forma intacta. Documentos de uma origem não devem ser misturados com os de outras origens. [...] O arranjo por assunto não somente obscurece a origem dos documentos em seus conjuntos orgânicos e atividades orgânicas, como também destrói a ordem original imposta aos documentos. É assim uma violação a ambos, o princípio da proveniência e o princípio da ordem original. (SCHELLENBERG, 1984, p. 152, tradução nossa)²⁷.

Sendo assim, concluímos que o autor aponta para a obediência ao princípio da proveniência e à ordem original como meio de garantir a manutenção da organicidade dos conjuntos documentais.

O corresponde em inglês para organicidade é o termo “*interrelatedness*”, o qual foi citado somente uma vez na publicação, cujo assunto principal era a aquisição de arquivos. No artigo intitulado “*A Primer on Manuscript Field Work*”, a autora justifica a aquisição “desde que o agente de campo consiga perceber a organicidade” (STEWART, 1984, p. 124, tradução nossa).

Além disso, o final da publicação apresenta um glossário, no qual a proveniência é definida como “princípio arquivístico cujos documentos criados ou recebidos pela unidade

²⁶ Esse Instituto foi criado por Ernest Posner com o objetivo de promover a formação profissional dos arquivistas e é o mais antigo programa de formação dos E.U.A.

²⁷ Preferimos traduzir “*organic bodies*” como conjuntos orgânicos.

mantenedora não devem ser misturados com os de outra.” (DANIELS; WALCH, 1984, p. 342, tradução nossa).

Apesar da publicação ser reconhecida como um manual, podemos concluir que a coletânea de ensaios apresentados não tem o caráter prático e impositivo que a caracterizaria como tal.

A definição apresentada do princípio da proveniência não demonstra relação com a organicidade, sendo basicamente, repetido o discurso de que não se devem misturar documentos de proveniências distintas. Logo, compreendemos que a questão do princípio da proveniência aparece como resolvida, a despeito da publicação ser de 1984, época em que os princípios arquivísticos, de forma geral, começavam a ser repensados em virtude dos arquivos pessoais e documentos arquivísticos digitais.

Notamos a incidência do uso de palavras que remetiam à organicidade, tais como: atividades orgânicas e conjuntos orgânicos. O que nos faz atinar para o fato da organicidade estar presente na área, porém a mesma não é alvo de discussões mais aprofundadas.

3.2.7 Archivistica General: teoria y practica.

Este manual é fruto da experiência de Antonia Heredia Herrera como diretora da Seção de Arquivos de Sevilha, Espanha. O manual tem uma perspectiva ampla, pois a autora discorre desde a instituição da Arquivologia até metodologias necessárias ao tratamento dos arquivos. Dentre suas considerações, buscamos pelo seu entendimento de princípio da proveniência.

A autora considera o princípio da proveniência, ou respeito à origem e à ordem original²⁸ e o coloca como principal responsável pela diferenciação entre documentos de arquivo e de bibliotecas. De acordo com a autora, o princípio da proveniência é o princípio fundamental da Arquivologia e se contrapõe diretamente às influências iluministas de se organizar os documentos a partir de assuntos fixos, como uma enciclopédia (HEREDIA HERERRA, p. 14, tradução nossa). A organização por assunto não corresponde à necessidade dos arquivos, já que

²⁸ No original: *Respeto al origen e al orden natural*.

os documentos são produzidos naturalmente, a partir de uma instituição ou pessoa no decorrer de um processo dentro de uma estrutura determinada, logo, o respeito a origem e a esse processo natural devem ser mantidos, ou ainda, restabelecidos. (HEREDIA HERERRA, p. 14-15, tradução nossa).

Segundo a autora, tanto a produção quanto o aumento e a manutenção dos arquivos ocorrem de maneira espontânea e natural em razão das funções e das atividades da instituição produtora (HEREDIA HERERRA, p. 14-15, tradução nossa).

A autora reconhece a influência francesa de Natalis de Wailly e cita também as definições sobre o princípio da proveniência de Elio Lodolini, Adolf Brenneke e Michel Duchein. Aponta também que na Espanha, o princípio é denominado como respeito à proveniência e à ordem original. Ou seja, Heredia Herrera não considera “proveniência” e “ordem original” como dois princípios distintos, tanto que o define como

princípio que determina [...] **a condição essencial do arquivo: sua organicidade, resultado de duas atividades completas, a classificação e a ordenação.** (HEREDIA HERRERA, p. 15, tradução nossa, grifo nosso).

Diante desse reconhecimento, a autora aponta que “este simples princípio configura-se como a mais especial orientação da disciplina Arquivística, cuja qualidade é a ordem, no seu sentido mais amplo.” (HEREDIA HERRERA, 1989, p. 15, tradução nossa).

A autora se apropria dos argumentos de Michel Duchein, a respeito da necessidade de instituir o fundo arquivístico e este, por sua vez, estaria relacionado com o produtor do documento. Contudo, alerta que

por nenhuma razão, de acordo com esse princípio, nos será permitido agrupar por assunto ou por motivações onomásticas documento que integrem séries documentais distintas, ainda que estas tenham sido geradas na mesma dependência (HEREDIA HERRERA, p. 16, tradução nossa).

Nesse manual notamos de forma direta a relação entre a organicidade e o princípio da proveniência. A autora reconhece a organicidade como “condição essencial do arquivo” e considera que a mesma se expressa na ordenação e na classificação dos documentos. Destacamos, ainda, outros aspectos relevantes do pensamento da autora que é a naturalidade dos documentos. É possível compreender que essa naturalidade diz respeito à consequência da atividade administrativa, que se materializa no documento.

3.2.8 La pratique archivistique française.

Esse manual foi produzido vinte e três anos após a publicação do “Manuel d’Archivistique: Théorie et pratique des archives publiques en France”. Na introdução, Jean Favier explicita que o manual

não é um tratado, que poderíamos ter feito e escrito por e para os teóricos da arquivística, mas um manual destinado a milhares de mulheres e homens encarregados da guarda com eficácia da memória comum da nação. (FAVIER, 1993, p. 11, tradução nossa).

Ainda na introdução, observamos que o então Diretor dos Arquivos da França menciona aspectos referentes à prática da Arquivologia em seu país e faz diversas e constantes comparações da atual edição do Manual com a versão anterior publicada em 1970. Conclui a introdução enfatizando a importância do manual para o entendimento da Arquivologia à época, posto que o “futuro reserva surpresas e uma possível evolução da área” (FAVIER, 1993, p. 16, tradução nossa).

O manual apresenta uma coletânea de textos, dentre os quais o único que tem relação com nossa pesquisa é o artigo de Christine Nougaret intitulado “*Classement et Description: des principes à la pratique*”²⁹. A autora apresenta um histórico do estabelecimento do princípio da proveniência na França, a partir das instruções interministeriais emitidas por Natalis Wailly em 1841. Não define o princípio da proveniência, contudo apresenta as definições de Duchain (1992), Heredia Herrera (1986) e Lodolini (1984).

Um aspecto relevante do artigo é que a autora discorre sobre a materialização da proveniência sobre a ordem original como parte da classificação dos arquivos departamentais (NOUGARET, 1993, p. 137, tradução nossa).

As instruções de 1841 instituem, para os arquivos departamentais, um quadro de classificação que associa o respeito à proveniência às vantagens de uma classificação metódica: a partir de então, os fundos terão sua integridade preservada, serão reagrupados por funções ou por temas em um quadro metódico que facilita a integração, o controle intelectual e físico dos fundos e o acesso a eles. (NOUGARET, 1993, p. 137, tradução nossa).

²⁹ Classificação e Descrição: dos princípios a prática.

O restante do artigo é embasado nas ideias de Michel Duchein e exalta a primazia do princípio de respeito aos fundos como base teórica e prática arquivística.

Ao final do manual é disponibilizado um glossário, em que podemos identificar a definição do princípio da proveniência como

princípio fundamental arquivístico, cujos fundos não devem ser misturados ou desmembrados. Implica também que a ordem primitiva dos documentos no interior dos fundos deve ser respeitada (se ela existir). (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1993, p. 590, tradução nossa).

Não obtemos êxito ao buscarmos definições alusivas à organicidade. Ainda a respeito da análise desse manual, concluímos que existe o entendimento de que a ordem original é abarcada pelo princípio da proveniência.

3.2.9 American archival studies: readings in theory and practice.

Dentre as publicações selecionadas para a pesquisa esta é a mais recente e data de 2000. São vinte e oito ensaios rerepresentados na forma de coletânea e selecionados a partir da perspectiva do professor Randall C. Jimerson, da *Western Washington University*³⁰. O professor pretendeu reunir artigos que oferecessem aos estudantes e aos arquivistas perspectivas sobre elementos básicos da prática e dos princípios fundamentais da metodologia e teoria arquivística.

Os ensaios estão subdivididos em nove assuntos principais, são eles: Compreendendo os Arquivos e Arquivistas; História da Arquivologia; Seleção e Documentação; Avaliação; Arranjo e Descrição; Referência e Uso dos Arquivos; Preservação; e Gestão. Dentre os ensaios constantes da publicação, destacamos o de David A. Bearman and Richard H. Lytle, intitulado “*The Power of the Principle of Provenance*”³¹.

No artigo, os autores criticam o princípio da proveniência e propõem uma alternativa que expande o entendimento tradicional de sua aplicação. Esse tipo de aplicação é baseada nas estruturas organizacionais do século XIX, em que as instituições seguiam uma hierarquia única, ou seja, a instituição só se reportava administrativamente a outra, acima dela, e assim sucessivamente. Os autores explicam que

³⁰ Universidade Ocidental de Washington.

³¹ O poder do princípio da proveniência.

Tais estruturas são simplistas ao considerarmos as organizações modernas, que funcionam em um mundo de corporações multinacionais, unidades intergovernamentais, organizações reguladoras e programas federais administrados por conselhos distritais e governos locais. (BEARMAN; LYTLE, 2000, p. 253, tradução nossa).

Segundo os autores, a visão clássica das organizações destaca a importância da monohierarquia, onde é enfatizada a dimensão da cadeia de comando das organizações. A monohierarquia seria, portanto, um modelo insuficiente para a compreensão das organizações modernas (BEARMAN; LYTLE, 2000, p. 253, tradução nossa).

Após afirmarem que as estruturas organizacionais atualmente não seguem os modelos de monohierarquia do século XIX, os autores identificam três defeitos na aplicação do princípio da proveniência: consequência na visão das organizações; disfunções decorrentes do conceito americano de *record groups*; e a imprecisão desse conceito. Apesar das críticas, os autores destacam que o objetivo do artigo é afirmar a aplicação do princípio da proveniência e expor as limitações decorrentes do conceito de *record group*.

Os arquivistas têm tradicionalmente visto o princípio da proveniência, aliado à ordem original, como bases fundamentais para o arranjo e a descrição dos documentos (BEARMAN; LYTLE, 2000, p. 256, tradução nossa). Os autores defendem o uso da proveniência a partir de pontos de acesso, que seriam baseados na forma e função.

Funções são independentes das estruturas organizacionais, mais estreitamente relacionadas ao significado da documentação do que a estrutura organizacional, e ambas finitas em número e linguisticamente simples. Porque documentos de arquivo são as consequências das atividades definidas por funções, como um vocabulário pode ser uma poderosa linguagem de indexação para apontar conteúdos dos acervos arquivísticos, sem precisar de um exame geral dos próprios materiais ou para detalhar os assuntos indexados.

A função não é, contudo, suficiente por si só para apontar o conteúdo intelectual de documentos de arquivo. (BEARMAN; LYTLE, 2000, p. 259, tradução nossa).

Os autores indicam que o tipo de informação contida no documento pode ser previamente compreendido pelos arquivistas. Quando a forma do documento é observada, o arquivista consegue distinguir se o documento se trata de um diário, jornal, livro etc.

Arquivistas conhecem as diferenças entre essas formas e quais informações cada uma contém sem ter que ler cada uma dessas formas. (BEARMAN; LYTLE, 2000, p. 259, tradução nossa).

Os autores apontam a necessidade de existir registros de autoridade, que são os meios de se manter uma linguagem comum entre os usuários e o sistema de informação. Ao analisarmos os usos dos registros de autoridade apontados pelos autores, podemos estabelecer uma relação direta com a identificação tipológica dos documentos e o controle terminológico na criação dos mesmos.

A autoridade única e mais poderosa de arquivo é o registro de autoridade de proveniência. Para cada função incorporada em um departamento, comissão, grupo de trabalho, ou outra atividade, um registro de autoridade deve ser criado. (BEARMAN; LYTLE, 2000, p. 300, tradução nossa).

Durante a explanação sobre a importância dos “registros de autoridade”, os autores evidenciam que “as relações entre os escritórios de origem” devem ser consideradas no momento em que se formulam os “registros de autoridade” (BEARMAN; LYTLE, 2000, p. 311, tradução nossa).

Os autores não definem o princípio da proveniência, tampouco a organicidade. Contudo, ao sugerirem a aplicação desse princípio, a partir da utilização de sistemas baseados nas funções desenvolvidas pelas organizações, notamos que são evidenciadas as relações entre essas funções e seus produtos, os documentos.

Dessa forma, podemos compreender que a crítica sobre a aplicação da proveniência consiste, basicamente, no fato de as estruturas organizacionais atuais serem poli-hierárquicas. Logo, delimitar quem produz o documento não responde mais às essas estruturas. Nesse contexto poli-hierárquico, a proveniência deve ser repensada com base nas relações entre a organização, as funções que a mesma desempenha e os documentos gerados nesse âmbito.

3.2.10 Análise dos manuais arquivísticos

Em um primeiro instante, optamos por elaborar o Quadro 9 com as definições de arquivo, pois conforme anunciado por Fonseca (2005, p. 33), o Manual dos Holandeses contribuiu para “subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, se a ideia de

arquivo estiver clara, estará clara a ideia de Arquivologia”. Notamos que a maioria dos manuais apresenta a definição do termo arquivo e o indicam como objeto da Arquivologia³².

Quadro 9 – Definições de arquivo/documento nos manuais arquivísticos

Autor (es)/ Editor (es)	Obra	Definição de arquivo
Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin	Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos	é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário.
Hilary Jenkinson	A Manual of archive administration	São documentos elaborados ou utilizados no curso de uma operação administrativa ou executiva (pública ou privada) de que se formou uma parte; e posteriormente preservado em sua própria custódia para a sua própria informação pela pessoa ou pessoas responsáveis por essa operação e seus sucessores legítimos.
Theodore R. Schellenberg	Arquivos Modernos. Princípios e Técnicas	São os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente [...] para serem arquivos, os documentos devem ter sido produzidos ou acumulados na consecução de um determinado objetivo e possuir valor para fins outros que não aqueles para os quais foram produzidos ou acumulados.
Direção de Arquivos da França e Associação dos Arquivistas Franceses	Manuel d'Archivistique : théorie et pratique des archives publiques en France.	Não define.
Elio Lodolini	Archivistica: principi e problemi	Não é uma soma de documentos, mas um corpo que nasce [...] espontaneamente – diríamos involuntariamente – durante o decurso da atividade administrativa.
Maygene F. Daniels Thimothy Walch	A Modern Archives Reader: basic readings on archive theory and practice	São o conjunto de informações gravadas independentemente da forma ou meio com três elementos básicos : base, impressão e mensagem.
Antonia Heredia Herrera.	Archivistica General: teoria y practica	São produzidos naturalmente, a partir de uma instituição ou pessoa no decorrer de um processo dentro de uma estrutura determinada, logo, o respeito à origem e a esse processo natural devem ser mantidos, ou ainda, restabelecidos.
Direção de Arquivos da França	La pratique archivistique française	Menor elemento constitutivo de um arquivo.

³² Pesquisas apontam que a informação arquivística pode ser considerada como objeto da Arquivologia. Compreender o objeto como o documento arquivístico/arquivo ou a informação arquivística é uma escolha epistemológica. Portanto, demandam reflexões teóricas. Visto que nos apropriamos da observação que Fonseca (2005) fez em seu livro sobre o Manual dos Arquivistas Holandeses, e ao considerarmos as definições de arquivo nos demais manuais, optamos por tratar a definição de arquivo como sendo a definição do objeto da Arquivologia.

Randall C. Jimerson	American archival studies: readings in theory and practice.	Não define.
---------------------	---	-------------

Fonte:Elaboração própria, baseada em MULLER; FEITH; FRUIN (1973), JENKINSON (1966), SCHELLENBERG (2005), DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE (1970, 1993), LODOLINI (1990), DANIELS; WALCH (1984), HEREDIA HERRERA (1989) e JIMERSON (2000).

As definições são consensuais ao explicitar que o arquivo é formado por documentos produzidos e recebidos no desenvolvimento das atividades de quem o produziu e, que para se caracterizarem como arquivos, devem apresentar um conjunto. Inferimos que pela questão “o que é um arquivo” estar aparentemente resolvida na área, o manual “*American archival studies: readings in theory and practice*”, de 2000, não se limita em definir o objeto da Arquivologia.

Elaboramos o Quadro 10 com o intuito de cumprir o objetivo de analisar a presença da organicidade nas abordagens do princípio da proveniência apresentadas pelos autores de manuais arquivísticos.

Quadro 10 – A organicidade nas abordagens do Princípio da Proveniência

Autor (es)/ Editor (es)	Obra	Definição do Princípio da Proveniência	Presença da organicidade
Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin	Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos	Manutenção da integridade do arquivo.	() Sim (x) Não
Hilary Jenkinson	A Manual of archive administration	Não define o princípio, mas cita o Manual dos Arquivistas Holandeses.	() Sim (x) Não
Theodore R. Schellenberg	Arquivos Modernos. Princípios e Técnicas	Os arquivos devem ser arranjados de tal maneira que a organização e funções que os produziram neles se reflitam, unidade administrativa por unidade, subunidade por subunidade e série por série de documentos.	() Sim (x) Não
Direção de Arquivos da França e Associação dos Arquivistas Franceses	Manuel d’Archivistique. Théorie et pratique des archives publiques en France.	Não apresenta temáticas relacionadas à proveniência e à organicidade.	() Sim (x) Não
Elio Lodolini	Archivistica: principi e problemi	Postula a manutenção, ou melhor, a reconstituição, da ordem dada aos documentos pelo seu produtor no exato momento de seu nascimento.	(x) Sim () Não
Maygene F. Daniels Thimothy Walch	A Modern Archives Reader: basic	Princípio arquivístico cujos documentos criados ou recebidos pela unidade mantenedora não devem ser misturados com os de outra ³³ .	() Sim (x) Não

³³ Definição presente no glossário do Manual.

	readings on archive theory and practice	Preceitua que os documentos devem ser mantidos em unidades separadas correspondentes as suas origens em seus conjuntos orgânicos ³⁴ .	() Sim (x) Não
Antonia Heredia Herrera.	Archivística General. Teoría y Práctica	Princípio que determina a condição essencial do arquivo: a organicidade, resultado de duas atividades completas, a classificação e ordenação. Configura-se como a mais especial orientação da disciplina Arquivística, cuja qualidade é a ordem, no seu sentido mais amplo.	(x) Sim () Não
Direção de Arquivos da França	La pratique archivistique française	Princípio fundamental arquivístico, cujos fundos não devem ser misturados ou desmembrados e implica também no respeito a ordem original dentro dos fundos.	() Sim (x) Não
Randall C. Jimerson	American archival studies: readings in theory and practice.	Não define.	() Sim (x) Não

Fonte: Elaboração própria, baseada em MULLER; FEITH; FRUIN (1973), JENKINSON (1966), SCHELLENBERG (2005), DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE (1970, 1993), LODOLINI (1990), DANIELS; WALCH (1984), HEREDIA HERRERA (1989) e JIMERSON (2000).

De maneira geral, quando os autores citam as relações entre os documentos e também as relações deles e as funções de seu produtor, podemos identificar a presença do caráter orgânico.

De acordo com as definições expressas no Quadro 10, somente a de Heredia Herrera (1989) apresenta a organicidade como parte desse princípio. Lodolini (1990, p. 151, tradução nossa) também cita a organicidade de forma explícita e a relaciona com o tratamento que os documentos receberam em seu órgão de origem, conseqüentemente, a organicidade estaria materializada na ordem original. Os dois manuais são de origem latina e foram originalmente publicados na mesma década. Sendo assim, compreendemos que a organicidade é introduzida ao discurso dos arquivistas, ainda que de forma tênue, a partir da década de oitenta. Dentre as definições, a única que apresentou crítica direta ao princípio da proveniência estava no manual “*American archival studies: readings in theory and practice*”. A crítica é pautada na conclusão dos autores de que atualmente as instituições produtoras de documentos têm sua estrutura orgânico-funcional poli-hierárquica.

Dessa forma, concluímos que a organicidade é entendida pelos autores dos manuais como condição fundamental para a constituição de um arquivo e que sua expressão ocorre na ordem original. Contudo, é preciso refletir que ordem é essa. A ordem que o arquivista impõe

³⁴ Definição apresentada no artigo de Schellenberg, publicado pelo manual (SCHELLENBERG, 1984, p. 152, tradução nossa).

é a correta? Devemos considerar a ordem que o produtor atribuiu aos documentos? E se essa ordem for um caos? Quem determina o que podemos entender como ordenado?

Percebemos, na leitura dos manuais, a ideia recorrente, por parte de alguns autores de manuais, que o arquivista deve intervir de maneira “neutra” para a manutenção e/ou reconstituição da ordem original. Compreendemos que tal neutralidade não é possível e consideramos ainda que as opções feitas pelos arquivistas na tentativa de reconstituírem a ordem original devem ser documentadas, de forma que fique explícito que houve intervenção naquele conjunto de documentos. . Nos dias atuais, compreendemos que o plano de classificação é o instrumento responsável por imprimir esta ordem. O fato de configurar uma determinada ordem em um conjunto de documentos não é suficiente para que o plano de classificação não seja objeto de análises críticas com vistas ao seu aprimoramento.

3.3 A INCIDÊNCIA DE DISCUSSÃO TEÓRICA EM REVISTAS ESPECIALIZADAS

Devido à importância das revistas especializadas para o desenvolvimento de qualquer área do conhecimento optamos por analisar quais artigos apresentam o princípio da proveniência como palavra-chave e/ou como parte do título, nas revistas *American Archivist*, *Archivaria*, *Tabula* e *La Gazette des Archives*. Esta escolha dos periódicos foi baseada nos seguintes aspectos:

- a) *American Archivist* – Para compreensão do pensamento norte-americano referente aos arquivos. Uma vez que a premissa de dividir trajetória de um documento em fases de um ciclo teve início neste país. Além disso, as obras de Theodore R. Schellenberg continuam exercendo influência sobre os arquivistas.
- b) *Archivaria* – O Canadá foi o responsável por apresentar a Arquivística Integrada à comunidade científica. A obra de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture é uma das grandes iniciativas de estudar de forma profunda os fundamentos da Arquivologia. Ademais, os arquivistas influenciados pelo pós-modernismo são em sua maioria do Canadá.
- c) *Tabula* – Escolhemos o periódico espanhol em virtude de sentirmos a necessidade de um representante do pensamento arquivístico espanhol que exerce notória

influência da Espanha na Arquivologia. Apesar de não manter uma periodicidade em alguns anos, o periódico publicou importantes traduções de Terry Cook, entre outros.

- d) La Gazette des Archives – primeiro periódico da área, ainda ativo. O icônico artigo “*Le Respect des fonds en Archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques*”, de Michel Duchein foi publicado nessa revista, que traduz o pensamento arquivístico francês.
- e) Arquivo e Administração – Com intuito de observar as discussões acerca do princípio da proveniência e da organicidade numa perspectiva nacional optamos por analisar este periódico, que publicou seu primeiro exemplar em 1972 e atualmente é avaliada como Qualis B-2³⁵.

A fim de sistematizar nosso levantamento nas revistas de língua inglesa, utilizamos o termo “*provenance*”, na espanhola “*procedência*”, “*respect des fonds*” e “*provenance*” na de língua francesa e finalmente utilizamos “proveniência” para busca na revista brasileira, com objetivo de realizar a busca nos campos referentes ao títulos e aos resumos dos artigos.

Para organicidade utilizamos os seguintes descritores: “*interrelatedness*”, “*organicidad*”, “*organicité*” e “organicidade” para as revistas de língua inglesa, espanhola, francesa e portuguesa, respectivamente.

A *American Archivist* é uma revista da Associação de Arquivistas Americanos³⁶, de publicação semestral, tendo sua primeira publicação datada de 1938. A base *on line* da revista disponibiliza mais de 260 (duzentos e sessenta edições)³⁷. Nesta base, utilizamos a palavra “*provenance*” e “*interrelatedness*” para a pesquisa. De acordo com o Quadro 11, tivemos o retorno de 7 (sete) artigos com a temática de respeito à proveniência e nenhum retorno para organicidade.

³⁵ Para maiores informações sobre o Qualis acesse < <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>> Acesso em: 11 jun. 2015.

³⁶ *Society of American Archivists*.

³⁷ Informações disponíveis em < <http://www2.archivists.org/american-archivist>>. Acesso em: 10 out. 2014.

Quadro 11 – Levantamento na *American Archivist*

Título	Autor	Ano/Volume/Número
1. The Principle of Provenance and Modern Records in the United States	T. R. Schellenberg	January, 1965, v. 28, n. 1.
2. The Provenance of The Thomas Jefferson Papers	Paul G. Sifton	January 1977, v. 40, n. 1
3. The Provenance and Preservation of Architectural Records	Alan K. Lathrop	Summer 1980, v. 43, n. 3
4. The Provenance of a Profession: The Permanence of the Public Archives and Historical Manuscripts Traditions in American Archival History	Luke J. Gilliland-Swetland	Spring 1991, v. 54, n. 2
5. Provenance: Regional Journal as Training Ground	Margery N. Sly	Spring 1994, v. 57, n. 2
6. Archives on the Internet: Representing Contexts and Provenance from Repository to Website	Emily Monks-Leeson	Spring-Summer 2011, v. 74, n. 1.
7. Of Provenance and Privacy: Using Contextual Integrity to Define Third-Party Privacy	Steven Bingo	Fall-Winter 2011, v. 74, n. 2.

Fonte: Elaboração própria, baseada na Base de Dados da Revista *American Archivist*.

A base de dados da *American Archivist* disponibiliza 2.780 (dois mil, setecentos e oitenta) artigos e somente detectamos, por meio de uma análise qualitativa dos resumos dos trabalhos elencados no Quadro 11, que 3 (três) artigos abordam a temática do princípio da proveniência, o que nos faz supor que esse princípio ainda é pouco discutido na área. São eles os de número: 1, 6 e 7.

A Revista *Archivaria* é uma revista da Associação de Arquivistas do Québec³⁸, de publicação semestral e bilingue (inglês e francês). Em sua base de dados estão disponíveis os exemplares do período de 1975 a 2013. Realizamos a busca pelo termo “*provenance*”, que nos retornou 13 (treze) ocorrências, conforme dispomos no Quadro 12. Para organicidade utilizamos o termo “*organicité*”, cuja busca não gerou resultados.

³⁸ Association des archivistes du Québec (AAQ).

Quadro 12 – Levantamento na revista *Archivaria*

Título	Autor	Ano/Número
1. "The Real Nucleus of the Map Collection": Charting its Provenance	Robert J. Hayward	Summer 1982, n. 14
2. Vancouver Island Project Fails to Grasp the Significance of Provenance	Richard C. Berner	Summer 1984, n. 18
3. Provenance Must Remain the Archival "Bottom Line"	Gordon Dodds	Summer 1984, n. 18
4. Provenance and the Vancouver Island Project	Peter A. Baskerville, Chad M. Gaffield	Winter 1984-1985, n. 19
5. The Power of the Principle of Provenance	David A. Bearman, Richard H. Lytle	Winter 1985-1986, n. 21
6. The Power of the Principle of Provenance: A Critique of David Bearman and Richard Lytle	Richard C. Berner	Summer 1986, n. 22
7. Protecting Provenance: Response to the Report of the Working Group on Description at the Fonds Level	Debra Barr	Summer 1989, n. 28
8. Archival Studies in the Canadian Grain: The Search for a Canadian Archival Tradition (NESMITH, TOM, ed., Canadian Archival Studies and the Rediscovery of Provenance)	Heather MacNeil	Spring 1994, n.37
9. Nesmith and The Rediscovery of Provenance (Response to Heather MacNeil)	Tom Nesmith	Fall 1994, n.38
10. The Principle of Provenance: Report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance, 2-3 September 1993	Tom Nesmith	Spring 1996, n. 41
11. The Death of the Fonds and the Resurrection of Provenance: Archival Context in Space and Time	Laura Millar	Spring 2002, n.53
12. The Concept of "Secondary Provenance": Re-interpreting Ac ko mok ki's Map as Evolving Text	Lori Podolsky Nordland	Fall 2004, n.58
13. Sara Angelucci: Provenance Unknown	Elana Sadinsky	Fall 2013, n. 76

Fonte: Elaboração própria baseada na Base de Dados da Revista *Archivaria*.

Ao analisarmos os resumos dos artigos apresentados no Quadro 12, concluímos que os de número 1, 3, 4 e 13 têm relação com a aplicação prática desse princípio, enquanto os de número 5, 6, 8, 9, 11 e 12 dedicam-se a discutir aspectos teóricos desse princípio. Os artigos 7 e 10 são relatórios alusivos a grupos de trabalho e evento profissional, respectivamente. Do universo de 13 (treze) ocorrências, é interessante perceber que 7 (sete) artigos foram publicados na década de 1980, 3 (três) na década de 1990 e somente 3 (três) a partir de 2000. Logo, concluímos que na década de 1980 houve um maior número de discussões a respeito do princípio da proveniência.

A Revista *Tabula* é uma revista da Associação dos Arquivistas de Castilla y León³⁹, Espanha, de publicação anual, lançada em 1992⁴⁰. A revista disponibiliza os 16 (dezesseis) sumários publicados⁴¹ e foi a partir da leitura de cada um deles, buscando a palavra “procedencia” e “organicidad”, que concluímos que não há incidência de artigos que tratem diretamente do princípio da proveniência e da organicidade nesse periódico.

A publicação *La Gazette des Archives* é uma revista da Associação dos Arquivistas Franceses⁴², publicada desde 1947, o que a caracteriza como periódico mais antigo da área, ainda em circulação. A busca se desenvolveu como na revista *Tabula*, a partir da leitura individualizada de cada sumário disponível na internet a fim de identificar quais títulos apresentavam os termos “*respect des fonds*” e “*provenance*”. Foram analisados os 233 (duzentos e trinta e três títulos)⁴³ e só houve retorno de busca quando o termo utilizado para a pesquisa foi “*respect*”; não existem títulos que tenham o termo “*provenance*”. Ao utilizarmos o termo “*respect*” pudemos recuperar 4 (quatro) artigos, conforme disposto no Quadro 13, porém ao utilizarmos o termo “*organicité*” não obtivemos resultados.

Quadro 13 – Levantamento na *Gazette des Archives*

Título	Autor	Ano/Número
1. Que signifie le respect des fonds ? Esquisse d’une archivistique structurale.	Carlo Laroche	1971, n.73
2. Le « respect des fonds » en archivistique : principes théoriques et problèmes pratiques	Michel Duchein	1977, n. 97
3. Évolution des structures administratives et respect des fonds : l’apport de l’informatique. La nomenclature N1 du Centre des archives contemporaines à Fontainebleau	Marie Odile Ducrot	1989, n. 144
4. Les fonds : du respect au réseau, expériences au Centre historique des Archives nationales	Jean Baptiste Auzel, Christine Nougaret e Denise Ogilvie	2005, n. 197

Fonte: Elaboração própria, baseada em informações disponíveis no *site* da Associação dos Arquivistas Franceses⁴⁴.

Dentre os artigos apresentados no Quadro 13 destacamos o de Michel Duchein que pode ser considerado um clássico para a Arquivologia, pois é a partir desta obra que são indicados os requisitos necessários para proceder à caracterização de um fundo de arquivo.

³⁹ Asociación de Archiveros de Castilla y León (ACAL).

⁴⁰ Informações disponíveis em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?info=descripcion&codigo=3326>>. Acesso em: 10 out. 2014.

⁴¹ Nos anos de 1995, 1996, 1997, 1998, 2000 e 2001 não houve tiragem da Revista *Tabula*.

⁴² Association des Archivistes Français (AAF).

⁴³ Os resumos dos artigos não estão disponíveis.

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.archivistes.org/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

A Revista Arquivo & Administração é uma publicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que tem como objetivo a divulgação de trabalhos inéditos em Arquivologia e áreas afins. Na maioria das vezes, publicava-se duas vezes ao ano, uma vez que o primeiro exemplar é de 1972 e encontramos disponíveis na internet os números publicados até 2014. Nosso universo de análise é constituído de 52 (cinquenta e duas) revistas.

Para fins de maior compreensão desse levantamento, destacamos que nos anos/períodos de: 1987, 1989 a 1993, 1995 a 1997, 2000 a 2003 e 2013, não houve publicação da revista. A busca por proveniência retornou 3 (três) resultados, conforme Quadro 14.

Quadro 14 – Levantamento na Arquivo & Administração

Título	Autor	Ano/Número
1. “Informação Arquivística, estrutura e Representação computacional”	Carlos Henrique Marcondes de Almeida	1998, n. 2
2. “A Architectura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original”	João Vieira	2005, n.2
3. “Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística”	Isabel Cristina Borges de Oliveira	2009, n.1

Fonte: Elaboração própria, baseado em informações disponíveis no *site* da Associação dos Arquivistas Brasileiros⁴⁵.

A busca pelo termo organicidade somente retornou 1 (um) artigo, de autoria de André Porto Ancona Lopez, intitulado “Imagens e documentos fotográficos em arquivos”, publicado no volume n.1 de 2009.

Com base nos quadros apresentados, como forma de sistematizar os levantamentos realizados nas revistas especializadas supramencionadas, ainda que nossos resultados não revelem um alto índice de artigos, podemos confirmar que o princípio da proveniência é pouco discutido e a organicidade, por sua vez, sequer é objeto de muita reflexão teórica. Concluimos que os artigos se ocupam, em sua grande maioria, de apresentar questões de ordem prática de forma que a discussão sobre o princípio da proveniência não figura como um dos temas mais abordados, enquanto a organicidade sequer é discutida.

⁴⁵ Para mais informações acesse: <www.aab.org.br>.

3.4 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA E ORGANICIDADE EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: ANÁLISE DO BANCO DE TESES DA CAPES

O levantamento realizado no Banco de Teses da Capes⁴⁶ objetivou identificar em que proporção o princípio da proveniência e a organicidade são objetos de estudo das pesquisas realizadas na área de Arquivologia no Brasil, entre 2004 a 2014. Realizamos a busca de duas maneiras: a primeira ocorreu de forma mais abrangente, pois pesquisamos o termo “Arquivologia” em todos os campos. Tal opção nos retornou 50 (cinquenta) trabalhos de conclusão de curso. Dentre eles, somente 2 (dois) apresentaram em seu título o princípio da proveniência e a organicidade. A segunda busca consistiu em delimitar o universo a ser pesquisado somente na área de Ciência da Informação⁴⁷ e utilizar os termos “proveniência” e “organicidade” como palavras-chave. Esta busca obteve como resultado os mesmos trabalhos da primeira busca. Ou seja, somente 2 (dois) trabalhos de conclusão de curso, ambos são dissertações. Elaboramos o Quadro 15, contendo informações que julgamos relevantes sobre estas duas dissertações.

Quadro 15 – Levantamento realizado no banco de teses da CAPES

Título	Autor	Orientador	Ano	Programa de Pós-Graduação
Fundo de Arquivo e o Princípio da Proveniência: uma observação entre a teoria e a prática.	Letícia Elaine Ferreira	Dra. Maria Leandra Bizello	2012	Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), campus Marília.
A preservação da organicidade da informação arquivística	Luana de Almeida Nascimento	Dr. Sergio Conde de Albite Silva	2012	Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Fonte: Elaboração própria, baseado em Banco de Teses da Capes.

É interessante notar que ambas as pesquisas são recentes e foram desenvolvidas no âmbito do mestrado acadêmico em Ciência da Informação. A baixa incidência de resultados da nossa busca nos faz acreditar que ainda se tem pouca pesquisa acadêmica que discorra sobre a organicidade e o princípio da proveniência, talvez por serem já questões consideradas

⁴⁶ Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

⁴⁷ Em virtude de a Arquivologia estar, segundo a Tabela de Áreas do Conhecimento da Capes, subordinada a Ciência da Informação. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

consensuais na teoria arquivística. Vinculado a este fato, cabe destacar que os dois trabalhos selecionados usaram da teoria para subsidiar a discussão de problemas práticos, ou seja, não existem pesquisas que tenham a teoria configurando seu próprio objeto.

4 REFLEXÕES SOBRE A ORGANICIDADE

Podemos perceber que a organicidade está presente no discurso dos arquivistas, contudo, carece de reflexões sistemáticas. É comum a presença de termos que remetam à organicidade, tais como: ligação orgânica, vínculo orgânico, contexto orgânico, dentre outros, ainda que indiretamente, na bibliografia da área.

Luciana Duranti (1997) apresenta o conceito de “*archival bond*”, cuja tradução seria “vínculo arquivístico”, no icônico artigo “*The Archival Bond*”. A autora define o vínculo arquivístico como:

a rede de relações que cada documento tem com os documentos pertencentes a mesmo grupo. O vínculo arquivístico é originário, porque passa a existir quando um documento é criado [...], necessário, porque ele existe para cada documento, [...] e determinado, porque ele é qualificado pela função do documento no grupo ao qual pertence. (DURANTI, 1997, p. 215-216, tradução nossa).

A autora explica que o vínculo arquivístico surge no momento em que um documento é criado com vistas a atender um determinado propósito e, assim, conecta-se a outros no decurso da ação que o gerou. Essa conexão é exemplificada pela autora quando ela compara a produção de documentos ao tecido conjuntivo, pois o arquivo encontra-se em formação contínua até o momento em que as atividades responsáveis por sua constituição não são mais exercidas (DURANTI, 1997, p. 216, tradução nossa).

O vínculo arquivístico não só determina a estrutura dos fundos de arquivo, como também configura o componente principal de cada documento, ou seja, é ele quem determina o significado do documento. E o mesmo pode ser percebido pela ordenação física dos documentos, sua classificação ou seu número de registro, que encontra sua maior expressão no código de classificação. A autora pontua que os documentos arquivísticos somente se tornam arquivísticos no momento em que se relacionam com outros documentos. (DURANTI, 1997, p. 216-218, tradução nossa).

A autora alerta que o vínculo arquivístico não deve ser confundido com o contexto dos documentos, uma vez que

o contexto é, por definição, extrínseco ao documento, [...] é uma interpretação, enquanto que o vínculo arquivístico é parte essencial do documento, sem o qual o documento não existiria. (DURANTI, 1997, p. 217, tradução nossa).

Sobre os contextos de produção dos documentos, a obra dos australianos apresenta o sistema de séries. Tal sistema evidencia as funções como as reais produtoras dos documentos e explicita a possibilidade de existência das múltiplas proveniências.

Os arquivos refletem e documentam a vida e atividades no mundo real. O mundo real é complexo. Relações no mundo real são raramente diretas, de um para um; pelo contrário, são usualmente de muitos para muitos. No mundo real, os arquivos refletem a complexa realidade de interrelações dinâmicas entre diferentes entidades produtoras de documentos. [...] A incidência de mudanças administrativas em governos e em grandes corporações, em termos arquivísticos, pode ser entendido como sucessivas e múltiplas proveniências. Mas múltiplas proveniências também podem acontecer simultaneamente, quando mais de uma entidade é envolvida, ao mesmo tempo, na produção e no uso de um dado conjunto de documentos. Esse fenômeno sempre existiu, mas está cada vez mais prevalente e aparente com os documentos eletrônicos, quando sistemas compartilhados frequentemente criam um único conjunto de documentos para múltiplas entidades distintas. (CUNNINGHAM, 2007, p. 78-79).

Ainda relacionado ao contexto de produção, vimos emergir na década de 80 o termo “identificação arquivística” que visa “identificar tipologias documentais, **contextos de produção** e situação material dos arquivos [...]” (RODRIGUES, 2011, p. 110, grifo nosso), a partir do “levantamento de dados que consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os **vínculos que mantêm com o órgão que o produziu.**” (RODRIGUES, 2011, p. 119, grifo nosso).

O estudo da tipologia, na etapa de identificação, é desenvolvido quando são conhecidos pelo arquivista o funcionamento da entidade produtora e os elementos internos e externos que compõem os documentos. Somente dessa maneira, o arquivista consegue estabelecer o vínculo arquivístico entre os próprios documentos e entre o seu produtor (RODRIGUES, 2011, p. 119).

A identificação permite que sejam restaurados os vínculos de “proveniência e organicidade que possam ter sido rompidos em processos inadequados de acumulação [...]” (RODRIGUES, 2011, p. 121). A autora não aprofunda a discussão sobre organicidade, mas a cita diretamente ao lado da proveniência, o que demonstra a relação entre esses conceitos.

A autora afirma que o debate científico tem sido suscitado a partir da identificação tipológica, com vistas à formulação de requisitos para a gestão de documentos, principalmente em ambientes eletrônicos.

Tanto a conceituação de “*archival bond*” de Luciana Duranti, quanto a múltipla proveniência defendida pelos australianos e também a metodologia da identificação, estudada por Ana Célia Rodrigues, são evidenciadas diante dos documentos arquivísticos digitais.

Podemos concluir, dessa forma, que é a partir da produção de documentos nesse suporte que são expostas a perenidade dos mesmos. Cabe aqui a seguinte ressalva: não compreendemos os documentos arquivísticos digitais como diferenciados, pois a Arquivologia deve ter subsídios suficientes, em sua teoria, para sustentar o tratamento de documentos, seja qual for seu suporte. Porém, a celeridade da degradação desses materiais serviu para suscitar e retomar a discussão sobre as bases da Arquivologia, dentre elas, o princípio da proveniência.

Diante do quadro que se apresenta sobre a ordem original nos dicionários estudados e a partir dos teóricos selecionados para esta pesquisa (na subseção 3.1), compreendemos que manter a ordem original, quando a mesma diz respeito à classificação dos documentos, tem relação direta com a garantia da organicidade. Visto que a ordem original não goza do consenso terminológico e conceitual apresentado pelo princípio da proveniência, e que ela é considerada, pelos teóricos analisados nesta pesquisa, como um desdobramento de tal princípio, concluímos que a organicidade apontada está presente, ainda que indiretamente, na ordem original e, conseqüentemente, no princípio da proveniência.

Ao compararmos os quatro dicionários de terminologia analisados, além de termos identificado os princípios da proveniência e de respeito à ordem original, notamos que o princípio da pertinência é definido em dois desses dicionários: o Dicionário Brasileiro de Biblioteconomia e Arquivologia e o DIBRATE. Durante a análise dos manuais, pudemos perceber que Lodolini (1990, p. 151, tradução nossa) cita o que é preconizado pelo princípio da relevância: a ordenação dos documentos baseada em seus conteúdos: lugares, datas e personalidades, por exemplo. A definição do princípio da relevância é similar a do princípio da pertinência, que prevê a ordenação dos documentos fundamentada em temas. Ambos os princípios se contrapõem ao princípio da proveniência. Esta contraposição nos leva a crer que este era o princípio utilizado na ordenação de documentos, quando esta era influenciada pelas ideias iluministas, quando então os documentos eram ordenados de maneira enciclopédica.

A análise dos manuais nos ofereceu subsídios para concluir que a organicidade pode ser compreendida como a condição fundamental para que um conjunto de documentos possa

ser considerado um arquivo. Ao refletirmos sobre o que é um princípio, concluímos que não podemos considerá-la como tal, visto que, os princípios arquivísticos, de acordo com nosso entendimento, são preceitos da Arquivologia que devem ser aplicados em todas as etapas do tratamento do documento arquivístico, independente de sua natureza ou suporte.

Também percebemos que a organicidade foi incorporada ao discurso dos arquivistas a partir da década de 80. Porém, palavras que remetiam às relações orgânicas aparecem na conceituação de arquivo, bem como em grande parte das definições do princípio da proveniência.

Ademais, os autores dos manuais, em sua maioria, consideram de grande importância a obediência à ordem original, contudo notamos que eles não apresentam críticas a essa ordem. Logo, é possível compreender que a ordem estabelecida pelo produtor deve ser mantida a qualquer custo, sem que o arquivista possa alterá-la, contribuindo dessa forma para que o profissional seja “neutro” ao proceder à organização de um conjunto de documentos.

manter a ordem original é preservar essa ligação orgânica que os documentos têm e representam da missão, das funções, das atividades e das tarefas. A intervenção do arquivista está em identificar essa cadeia e organizar os documentos a partir dela. Isso exige, sem sombra de dúvida, de um significativo esforço de pesquisa, mas garante a integridade dessa característica (organicidade), que diferencia o documento arquivístico de todos os outros tipos. (SOUSA, 2003, p. 269, grifo nosso).

Não temos a garantia de que o produtor do documento atente para as ligações orgânicas dos mesmos. É possível que o produtor opte por organizar seu arquivo de maneira extremamente subjetiva e o arquivista tenha que estudar a estrutura orgânico-funcional desse produtor a fim de estabelecer uma lógica para formação desse arquivo. Compreendemos que esta ordem dos documentos é consequência do plano de classificação, que por sua vez, é originado a partir dos estudos das competências, funções e atividades do produtor.

Em pesquisa realizada no âmbito do programa de pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense, a jovem pesquisadora Luana Nascimento (2012, p. 59), ao trabalhar a perspectiva da organicidade enquanto característica fundamental para a diferenciação dos documentos arquivísticos e inerente ao conceito de arquivo, apontou três características.

Primeira característica: as - relações orgânicas significam - relações do organismo e/ou órgão. As relações orgânicas seriam as relações próprias de um organismo e/ou órgão uma vez que tanto o organismo (o - todo) quanto o

órgão (- parte que constitui o organismo) possuem finalidades e funções próprias e relacionadas às do organismo.

Segunda característica: o arquivo pode ser considerado o próprio organismo, uma vez que os conjuntos informacionais que o constituem (fundos) são inter-relacionados e subordinados ao todo arquivístico.

Terceira característica: a relação orgânica do arquivo com o organismo que o produziu, relação que pode ser compreendida quando considerados os pressupostos de Aristóteles que caracterizam o organismo enquanto o todo e as partes que o compõe como órgãos. Em tal perspectiva, o arquivo é orgânico por pertencer ao organismo, por ser um órgão com funções específicas e subordinadas às finalidades do todo. (NASCIMENTO, 2012, p. 59).

A partir das considerações apresentadas sobre o princípio da proveniência, podemos concluir que não cabe mais considerá-lo apenas como a identificação do produtor dos documentos, seguida da determinação de não mesclar os documentos produzidos por produtores distintos.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, e após compreendermos que a organicidade não é um princípio arquivístico, notamos que é a relação orgânica que garante que um conjunto de documentos seja considerado um arquivo. Tal compreensão se deu a partir da busca das significações do termo princípio. E, também, baseada na bibliografia consultada, que não apontou para um entendimento consensual da caracterização da organicidade. Compreendemos, no entanto, que é a organicidade quem expressa as relações que os documentos arquivísticos têm entre eles próprios, as funções orgânicas que os criaram e seus produtores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu analisar a organicidade enquanto princípio arquivístico, a partir da revisita ao princípio da proveniência, por intermédio da análise de uma seleção de dicionários de terminologia, manuais arquivísticos e obras de teóricos. Partimos dos pressupostos iniciais de que não existe consenso entre quais são os princípios arquivísticos e que a organicidade estaria presente nas abordagens do princípio da proveniência.

Diante das análises realizadas, constatamos que o princípio da proveniência e o princípio de respeito à ordem original são consenso na área. Ambos são considerados princípios arquivísticos, tanto pelos dicionários quanto pelos teóricos selecionados para esta pesquisa. Contudo, o princípio de respeito à ordem original ora é tratado como princípio independente do princípio da proveniência, ora é tratado como um desdobramento desse princípio. As análises desta pesquisa apontaram para o entendimento de que o mesmo seria um desdobramento do princípio da proveniência.

Os princípios, de modo geral, não são imutáveis, pois são resultado do contexto que surgem e que são submetidos. Em Arquivologia, podemos destacar os arquivos pessoais, assim como os documentos arquivísticos digitais, como impulsos iniciais para repensar o princípio da proveniência. Uma vez que o princípio da proveniência seja interpretado apenas como ferramenta para a delimitação do fundo arquivístico e, conseqüentemente, do seu produtor, estaremos corroborando para que este princípio não atenda as demandas atuais da produção de documentos. Ainda sobre os princípios arquivísticos, notamos que existe uma disparidade entre o apresentado em dicionários de terminologia e o enunciado por teóricos da área.

Os dicionários de terminologia são fontes importantes para o desenvolvimento de qualquer área, logo, os dicionários deveriam ser frutos de apurada pesquisa. Na maioria dos casos, não é possível identificar os critérios que justificam a seleção dos termos nos próprios dicionários e sequer nas obras dos teóricos. Sendo assim, é preciso refletir sobre quais seriam os critérios adotados para a confecção desses instrumentos, uma vez que estes não estão especificados. Essas dissonâncias são representativas e, por isso, é importante que haja pesquisa a respeito da terminologia arquivística, a fim de evitar o dissenso carente de embasamento teórico.

Para analisar a presença da organicidade nas abordagens do princípio da proveniência apresentadas pelas obras dos teóricos e em manuais, partimos da compreensão de que a organicidade é a relação entre os documentos arquivísticos.

Quando o princípio da proveniência era compreendido, pelos autores de manuais e teóricos, apenas como diretiva cujo objetivo consistia em não se misturar documentos de produtores distintos, não foi possível perceber sua relação com a organicidade. Porém, quando a ordem original era considerada, ou como princípio independente, ou como parte do princípio da proveniência, pudemos perceber as relações entre ele e a organicidade.

Dessa forma, chegamos ao entendimento de que o respeito à ordem original é uma das maneiras de se garantir a organicidade. Contudo, essa ordem não pode ser interpretada tendo como base apenas a ordem física dos documentos. A ordem original faz alusão à lógica intelectual, que por sua vez está implícita nas relações orgânicas e também pode vir a ser refletida na ordenação dos documentos. Ao longo dessa pesquisa, pudemos perceber que a organicidade, não somente é a expressão de tais relações entre documentos, mas também entre as atividades que os geraram e seus respectivos produtores.

Consequentemente, a organicidade de um conjunto de documentos se materializa na confecção e aplicação do plano de classificação. O plano de classificação deve ser baseado nas competências, funções e atividades do órgão produtor. As atividades organizacionais produzem documentos e é a partir da identificação desses documentos, com base na tipologia, que podemos explicitar a organicidade existente não somente entre os documentos, mas também entre os documentos e as atividades que os produziram.

Concluimos assim, que o pressuposto da organicidade ser compreendida como princípio arquivístico foi refutado, porém percebemos que é a organicidade que subsidia o princípio da proveniência. Compreendemos, dessa forma, que a organicidade pode ser considerada como base conceitual do princípio da proveniência e tanto este princípio, quanto a própria organicidade estão presentes em todas as etapas do documento arquivístico.

Não tivemos como pretensão apresentar um estudo exaustivo, mas esperamos que ele possa contribuir para a reflexão sobre a teoria arquivística, fornecendo elementos e subsídios para o desenvolvimento de outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; SOUTO, Diana Vilas Boas. Acerca do princípio da proveniência: apontamentos conceituais. **Revista Ágora**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p. 14-43, 2013.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

BEARMAN, David A; LYTTLE, Richard H. **The power of provenance**. In.: American archival studies: readings in theory and practice. JIMERSON, Randall C (ed.). Chicago: The Society of American Archivists, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objeto, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 58, n. 2, June 2006. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2014.

BRENNEKE, Adolf. **Archivistica: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea**. Milano: Per i tipi dell'editore, 1968.

CALDAS, Maria Aparecida Esteves. **Estudos de revisão de literatura: fundamentação e estratégia metodológica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa L. (Coord.) **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CARDOSO, Julio Cesar. A questão da ordem original em Arquivística: reflexões a partir de Elio Gaspari e Jean Piaget (cinco anos depois). **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 6-18, ago./dez., 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_3797212ced_0010240.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

COOK, Terry. **What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift**. 1997. Disponível em <<http://www.mybestdocs.com/cook-t-pastprologue-ar43fnl.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. 1, n. 1, p 3-24, 2000.

COUTURE, Carol.; DUCHARME, Daniel. Research in archival science: a status report. **Archivaria**, n. 59, p. 41-67, 2005.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CUNNINGHAM, Adrian. O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 77-92, jan./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/139/111>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

DANIELS, Maygene F.; WALCH, Timothy (Ed.). **A Modern archives reader: basic readings on archive theory and practice**. Washington, D.C.: National Archives and Records Service – U.S. General Services Administration, 1984.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives Nationales, 1993.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **Manuel d'Archivistique** : théorie et pratique des archives publiques em France. Association des Archivistes Français. Paris: Archives Nationales, 1991. Originalmente publicado em 1970.

DOLLAR, Charles M. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Revista Acervo**, v. 7, n. 1-2, p. 3-38, 2012.

DUCHEIN, Michel. Le respect des fonds en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. **La Gazette des archives**, v. 97, p. 71-96, 1977.

DUCHEIN, Michel. **Obstacles to the access: use and transfer of information from archives: a RAMP study**. Paris: UNESCO, 1983.

DUCHEIN, Michel. **O respeito de fundos em arquivo: princípios teóricos e problemas práticos**. 1992. Disponível em: <<http://jhmelo.synthasite.com/resources/O%20Respeito%20de%20Fundos%20em%20Arquivo%20-%20Duchain.doc>>. Acesso em: 12 out. 2014.

DUCHEIN, Michel. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 13-22, jan./dez., 2007. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/126>>. Acesso em: 23 out. 2014.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.

DURANTI, Luciana. The archival bond. **Archives and Museum Informatics**, v. 11, p. 213–218, 1997.

EASTWOOD, Terry. What is archival theory and why is it important? **Archivaria**, n. 37. p. 122-130, Spring, 1994.

FAVIER, Jean. **Introduction**. In: La pratique archivistique française. Direction des Archives de France. Paris: Archives Nationales, 1993.

FERREIRA, Letícia Elaine. **O fundo de arquivo e o princípio de proveniência: uma observação entre a teoria e a prática**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93666>>. Acesso em: 15 nov. 2014

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 1998.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

FUSTER RUIZ, F. Los inicios de la archivística española y europea. **Revista General de Información y Documentación**, v. 6, n. 1, p. 43-77, 1966

FUSTER RUIZ, F. Archivística, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. In: **Anales de documentación**. Servicio de Publicaciones, Universidad de Murcia (Spain), 1999. p. 103-120.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRÄNSTRÖM, Claes. **The principle of provenance: report from the first Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance 2-3 September 1993**. Swedish National Archives, 1994.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoria y practica**. 5. ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la diputación de Sevilla. 1991.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **El principio de procedencia y los otros principios de la archivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2003. p. 3-12 (Coleção Scripta, 5).

INTERNACIONAL COUNCIL OF ARCHIVES, **Multilingual Archival Terminology**. [20-?]. Disponível em: <<http://www.ica.org/14282/multilingual-archival-terminology/multilingual-archival-terminology.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

JENKINSON Hilary. **A manual of archive administration**.. London: Percy Lund, Humphries, 1966. Originalmente publicado em 1922.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomin. (Org). **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 135-153.

JIMERSON, Randall C. (Ed.). **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: The Society of American Archivists, 2000.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9 ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidades de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

LODOLINI, Elio. **Archivistica: principi e problemi**. 5. ed. ampl. Milano: Franco Angeli, 1990.

MARCONDES, Danilo; JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2011.

MARTÍN POZUELO, Maria Paz. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia**. Madrid: Universidad Carlos III y BOE, 1996.

MARTÍN-POZUELO, M. Paz. Prospectiva archivística: nuevas cuestiones, enfoques y métodos de investigación científica. **Revista Española de documentación científica**, v. 33, n. 2, p. 201-224, 2010.

MILLAR, Laura. The death of the fonds and the resurrection of provenance: archival context in space and time. **Archivaria**, p. 1-15, 2002.

MINAYO, M.C.S., SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MONKS-LEESON, Emily. Archives on the internet: representing contexts and provenance from repository to website. **The American Archivist**, v. 74, n. 1, p. 38-57, 2011.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia. 4. (Q-Z)**. São Paulo: Edicoes Loyola, 2001.

MULLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1973.

NASCIMENTO, L. **A preservação da organicidade da informação arquivística**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Luana_Nascimento.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

NOUGARET, Christine. Classement et description: des principes à la pratique. In: **La pratique archivistique française**. Direction des Archives de France. Paris: Archives Nationales, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em Ciências)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. Uma análise da teoria dos arquivos. 2004. 108 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma nova função arquivística? **Revista Edicic**, Asociación de Educación e Investigación En Ciencia de La Información de Iberoamérica y El Caribe, v. 1, n. 4, p. 109-129, Oct./Dic. 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/index.php?journal=RevistaEDICIC&page=article&op=view&path%5B%5D=79>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Os paradigmas da ciência e seus efeitos na composição dos campos científicos: a instituição da ciência da informação. **Revista Data Grama Zero**, v.11, n. 4, ago. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago10/Art_02.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**. princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Originalmente publicado em 1956.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Cultura e Informação)-Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/>>. Acesso em: 01 set. 2014.

SCOTT, Peter. The record group concept: a case for abandonment. **The American Archivist**, v. 29, n. 4, p. 493-504, 1966.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 2002

SILVA, Armando Malheiro. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, Erly Rosa da et al. Terminologia como ciência fundamental à sociedade moderna. **Revista Ícone**, v. 8, 2011. Disponível em: <<http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/artigos/volume8/primeirasletras/TerminologiaComoCienciaFundamentalASociedadeModerna.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2014.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. v. 2, p. 240-269.

STEWART, Virginia R; **A Primer on Manuscript Field Work**. In.:A Modern Archives Reader: basic readings on archive theory and practice. Ed.:DANIELS, Maygene F.; WALCH, Timothy (Ed.) Washington, D.C.: National Archives and Records Service – U.S. General Services Administration, 1984.

TANODI, Aurelio. **Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios**. Córdoba: Brujas, 2009.

VIVAS MORENO, Agustín. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/622/556>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

WOORTMANN, Ellen F. **Comparação, método comparativo e família**. [S.l.]: Universidade de Brasília, [1996]. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/woort.rtf>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

ANEXO A – RELATÓRIO E-SIC

Dados do Pedido

Protocolo

08850003387201461

Solicitante

Kíssila da Silva Rangel

Data de abertura

28/10/2014 12:45

Orgão Superior Destinatário

MJ – Ministério da Justiça

Orgão Vinculado Destinatário

AN – Arquivo Nacional

Prazo de atendimento

18/11/2014

Situação

Respondido

Status da Situação

Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)

Forma de recebimento da resposta

Pelo sistema (com avisos por email)

Resumo

Consulta Pública DIBRATE 2010

Detalhamento

o Grupo de Trabalho responsável pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia de Arquivística (DIBRATE) realizou consulta pública com vistas a receber sugestões de inclusões e alterações de verbetes, acompanhada pelas justificativas. O prazo para envio compreendeu o período entre 18 de outubro e 30 de novembro, de 2010 e as contribuições deveriam ser enviadas por e-mail ao Arquivo Nacional. Sendo assim, solicito acesso a todas as sugestões e alterações recebidas, bem como suas justificativas, por ocasião da consulta pública supramencionada

Dados da Resposta

Data de resposta

29/10/2014 14:17

Tipo de resposta

Acesso Concedido

Classificação do Tipo de resposta

Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta

Senhora,

O Grupo de Trabalho de revisão do DIBRATE, a propósito da consulta pública promovida em 2010, informa que o Arquivo Nacional, pelo e-mail <consultaterminologia@arquivonacional.gov.br>, recebeu nove contribuições (ver anexo). O Grupo de Trabalho avaliou, na ocasião, que talvez umas das dificuldades de mobilização pudesse ser a necessidade de uma divulgação maior do trabalho de 2005, uma vez que a edição em papel logo havia se esgotado e que a edição eletrônica talvez não estivesse suficientemente visível.

Recentemente, o Arquivo Nacional conseguiu providenciar uma nova tiragem em papel, que está em circulação e a edição eletrônica é mais facilmente encontrada nas páginas do CONARQ. Os trabalhos estão sendo retomados levando em consideração todas as críticas e sugestões encaminhadas de 2006 até o presente, esperando contar com recursos tecnológicos que permitam maior interação com público. Informamos, por oportuno, que o e-mail acima citado continua ativo.

SIC AN

Classificação do Pedido

Categoria do pedido

Ciência, Informação e Comunicação

Subcategoria do pedido

Informação - Gestão, preservação e acesso

Número de perguntas 1

ANEXO B - CONSULTA PÚBLICA DE TERMINOLOGIA

Compilação: Arquivo Nacional – Grupo DIBRATE revisão 2014

De: Ary Fortes

Enviada em: quinta-feira, 4 de novembro de 2010 13:30

Para: terminologia

documento especial

Documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica. Com relação aos documentos que são produzidos ou recebidos utilizaríamos à definição de Arquivo.

arquivo

1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.

2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso(1) a documentos.

3 Instalações onde funcionam arquivos(2).

4 Móvel destinado à guarda de documentos.

acesso

1 Possibilidade de consulta a documentos e informações.

2 Função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização.

Vejam os que todos os documentos ou acervos possuem as mesmas características do arquivo especializado

Arquivo(2) cujo acervo tem uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte ou data dos documentos, entre outras arquivo central

Arquivo(2) responsável pela normalização dos procedimentos técnicos aplicados aos arquivos(1) de uma administração, podendo ou não assumir a centralização do armazenamento. Também chamado arquivo geral. Em alguns países, a expressão designa o arquivo nacional. Ver também arquivo setorial.

Temos que começar analisando cuidadosamente e não repetir tantas vezes o mesmo sentido se tudo pode ser resumido em poucos termos. Vejam Arquivo Administrativo e Arquivo Técnico, na verdade são documentos e não arquivos. Arquivo (1) consta em ambos e, no entanto, vejam a definição de Arquivo.

arquivo

1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.

2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso(1) a documentos.

3 Instalações onde funcionam arquivos(2).

4 Móvel destinado à guarda de documentos.

Vejam os que todos os documentos ou acervos possuem as mesmas características do arquivo especializado

Arquivo(1) com predominância de documentos decorrentes do exercício das atividades meio de uma instituição ou unidade administrativa. Expressão usada em oposição a arquivo técnico. Arquivo(1) com predominância de documentos decorrentes do exercício das atividades fim de uma instituição ou unidade administrativa. Expressão usada em oposição a arquivo administrativo.

2

De: Carlos Eugênio da Silva Neto

Enviada em: terça-feira, 9 de novembro de 2010 15:13

HIPERTEXTO.

Recentemente, elaborei minha monografia e nela costei um protótipo que visa à recuperação da informação em arquivos, feito a base do hipertexto. É notável o aparecimento desse termo em concursos públicos da área, além de inúmeros artigos escritos por arquivistas e afins com o uso do hipertexto.

Até porque, o hipertexto pode ser visto como um dos maiores recursos das mídias interativas, potencializando uma busca pela informação eficiente e eficaz para atender as necessidades dos usuários. O hipertexto, quando utilizado, potencializa os acessos a outros textos, por associação, ou até mesmo ligados por conjuntos de documentos digitalizados em sistemas informacionais, auxiliando o arquivista quanto ao gerenciamento de documentos eletrônicos e consequentemente a recuperação desses documentos.

3

De: Carlos Wilton

Enviada em: quarta-feira, 10 de novembro de 2010 07:11

Para: terminologia

Certificado de Eliminação de Documentos:

Documento emitido por Empresa ou órgão responsável pela eliminação de documentos (não importando a sua mídia) pertencentes a terceiros, que descreve o método utilizado na eliminação (incineração - fragmentação - banho químico, etc.) e garante a impossibilidade de leitura ou reprodução total ou parcial de qualquer informação. Contendo o nome e a assinatura do responsável da empresa ou órgão que realizou a eliminação, assim como o nome e assinatura do representante do detentor da documentação que acompanhou o processo de descarte.

4

De: Elayne Ortolan Altoé

Enviada em: quinta-feira, 11 de novembro de 2010 12:30

Para: terminologia

Gostaria de ver a Terminologia "Arquivólogo" presente no dicionário de terminologias apresentando o mesmo nível de "Arquivista". pois, creio que somos Cientistas e a terminologia "Arquivista" deixa a desejar pois passa uma imagem mais técnica do que de ciência propriamente dita.

5

De: Maiara de Arruda Nascimento

Enviada em: quinta-feira, 11 de novembro de 2010 15:55

Para: terminologia

Com base na Chamada para Inclusão/Alteração de verbetes para a nova versão do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, sugiro a adição do termo "Representação da Informação". Representar a informação consiste em reduzi-la, sintetizá-la, além de remeter ao

conceito de preservação da essência da informação. Com efeito, representar informações implica em explicitar os atributos principais do objeto, evidenciar seus traços específicos, fornecendo seu conhecimento através de suas partes. Essas características justificam a utilização da representação em detrimento do “todo” que esta simboliza. Este termo é bastante utilizado na Ciência da Informação, área da qual a Arquivologia faz parte. Como prover o acesso é a finalidade primordial dos arquivos, observa-se que a representação da informação perpassa grande parte das atividades de tratamento documental. Pode-se afirmar que a representação está presente na sistematização da classificação de documentos, tendo como produto final os planos de classificação, e na implantação da avaliação documental, com as tabelas de temporalidade. Aqui, a representação tem a função adicional de controle do acervo. Já nos arquivos permanentes, a representação das informações arquivísticas se intensifica, visto que os usuários dessas informações se tornam mais abrangentes e diversificados. Nesta fase, aplicam-se os procedimentos de arranjo e descrição documental, com os quadros de arranjo e os instrumentos descritivos, como produtos resultantes, respectivamente.

6

De: Luana Nascimento [mailto:luana.arquivunesp@gmail.com]

Enviada em: quinta-feira, 18 de novembro de 2010 10:29

Para: terminologia

Considerando a chamada para sugestões de inclusões e alterações de verbetes vinculada pelas principais listas de e-mail da área, entro em contato para envio de uma sugestão de alteração. Tendo em vista as pesquisas desenvolvidas pelo Drº Sérgio Conde de Albite Silva que, dentre outros temas, aprofundou-se nos estudos relacionados à preservação da informação apresento uma sugestão para o termo "preservação" com base no conceito delineado pelo referido autor e publicado em um opúsculo pela Academia Brasileira de Letras em 1998*: "Preservação é toda ação que se destina a salvaguardar ou recuperar as condições físicas e proporcionar durabilidade e permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação. Envolve ações corretivas e preventivas, escolhas políticas e tecnológicas e investimento financeiro".

* SILVA, Sérgio Conde de Albite . Algumas Reflexões sobre Preservação de Acervos em Arquivos e Bibliotecas.. 1. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998. v. 1. 36p.

7

De: AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro

Enviada em: sábado, 20 de novembro de 2010 16:26

Verbete: arquivista

O verbete "arquivista" no DIBRATE (2005) diz: Profissional de nível superior, com formação em Arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado. Entendemos que o trecho: "experiência reconhecida pelo Estado" proporciona um leque de interpretações sobre a profissão de arquivista, quando a legislação é extremamente específica no momento em que designa quem é habilitado para exercer a profissão. Entendemos que no verbete proposto, deve ser levado em consideração a própria legislação que regulamenta a profissão. Assim, a sugestão de alteração do verbete "arquivista" seria: Profissional de nível superior, com formação em Arquivologia ou devidamente habilitado na forma da lei.

8

De: Luis Pereira dos Santos

Enviada em: quarta-feira, 24 de novembro de 2010 14:02

Espécies documentais/Tipos documentais

Às vezes a literatura arquivística deixa os profissionais da área confusos. O Dicionário Brasileira de Terminologia Arquivística (DIBRATE) apresenta como tipos documentais as cartas régias, cartas-patentes, decretos-leis, decretos legislativos e outros. Heloísa Liberalli Bellotto, em Como Fazer Análise Diplomática e Tipológica de Documentos de arquivos, apresenta estas mesmas categorias como espécies documentais. Quem os profissionais da área devem seguir? Bellotto ou o DIBRATE?

CONCEITO DE ARQUIVO.

As várias definições do termo arquivo estão incompletas. O DIBRATE deveria levar em consideração duas posições teóricas; uma advinda de Portugal, outra do holandês Teo Thomassen. Os portugueses definem arquivo como “Sistema (semi)-fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória - imbricado nos dois anteriores” (Silva e outros, p. 214, 2002). Esta definição é muito mais ampla e traz intrínseca tanto uma posição mais teórica do termo (algo carente na Arquivística), quanto filosófica. Amplia o conceito de arquivo para além da realidade administrativa. Outro autor a quebrar a “mesmice” do arquivo como conjunto de documentos... é o holandês Theo Thomassen, que define arquivo como “informação gerada e estruturada por processos de trabalho funcionalmente inter-relacionados (Thomassen, 2006). “Arquivos compostos por informações vinculadas a processos de trabalho” (Thomassen, 2006). O conceito de Thomassen se aproxima e descreve – de forma precisa – os arquivos correntes e as atividades burocráticas necessárias ao cumprimento dos processos de trabalho. Processos de trabalhos gerando documentos e informação e, por conseguinte, arquivos; sendo estes necessários ao cumprimento daqueles. É quebra de paradigma que releva o arquivista como sujeito responsável e necessário à tomada de decisões nos órgãos administrativos e não apenas como mero guardador “imparcial” de documentos nos arquivos de terceira idade.

9

De: Ary Fortes [mailto:aapfortes@hotmail.com]

Enviada em: sexta-feira, 26 de novembro de 2010 16:07

arquivista

Profissional de nível superior, com formação em Arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado. (Definição de Arquivista no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística).

Arquivista

Profissional de Nível Superior (Graduação) em Arquivologia e aqueles profissionais que comprovaram que desenvolviam as atividades de Arquivista e foram beneficiados pela Lei nº 6.548, de 04 de Julho de 1978 através do provisionamento, regulamentada pelo Decreto nº 82.590, de 06 de Novembro de 1978. (Argumentação) Arquivista -Profissional de Nível Superior em Arquivologia, conforme o Decreto nº 82.590, de 06 de Novembro de 1978, artigo 1º.